



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2020



RELATÓRIO DE GESTÃO



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVO DA CONSOLIDAÇÃO	1
3. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO	1
4. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	2
5. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	2
6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	4
6.1. BALANÇO CONSOLIDADO	4
6.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	5
6.3. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	5
6.4. ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO CONSOLIDADO E DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA	5
7. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO	6
8. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	6
9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	7
10. DISPOSIÇÃO FINAL	7

28 JUN. 2021

DELIBERAÇÃO

Deliberado aprovar



MUNICÍPIO DE VIMIOSO – Câmara Municipal

31 MAIO 2021

DELIBERAÇÃO:

*Deliberado aprovar e
Submeter a aprovação
da AS Municipal*

1. INTRODUÇÃO

O Município do Vimioso apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2020.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas adaptações, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) o qual estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.”*

Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

Face à necessidade legal, de consolidar contas, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”.

Refere o artigo 5.º da mesma norma legal (regime transitório) que até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a toda as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos naquela portaria.

Face à necessidade de aplicação deste regime pelos municípios portugueses de forma coerente, harmoniosa e comparável, e considerando as lacunas existentes na articulação dos vários normativos, Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010, foram emanadas pelo grupo SATAPOCAL em maio de 2011, um conjunto de instruções que visavam permitir a articulação dos vários regimes.

2. OBJETIVO DA CONSOLIDAÇÃO

A Consolidação de Contas tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

3. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação é definido pelo artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas adaptações.

De acordo com o artigo anteriormente referido *“o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”*. O n.º 6 do mesmo artigo determina que *“devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de*



agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal'.

No caso do Município de Vimioso, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicado o disposto no n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Deste modo, só as entidades designadas de "empresas locais", em consonância com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atual, integram o perímetro de consolidação.

Ponderados todos os fatores conclui-se que, para o ano de 2020, o grupo autárquico do Município de Vimioso é composto pelo Município de Vimioso, enquanto entidade contabilística consolidante, e pela entidade Resíduos do Nordeste EIM, S.A., entidade consolidada.

A participação no capital da Resíduos do Nordeste, EIM, SA, reporta-se ao ano de 2019, sendo o capital da empresa representado por 50.000 ações, cujo valor nominal de cada ação é de 1 euro. O Município de Vimioso detém 1.527 ações, representado 3,05% do capital social, correspondendo a 1.527,00 €.

Entidade Participada	Valor da Participação	% Participação	Tipo de Entidade
Resíduos do Nordeste EIM, S.A.	1.527,00 €	3,05%	Empresa Local

4. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O ponto 6 da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, define quais são os métodos de consolidação disponíveis para o sector público administrativo.

Para efeitos de consolidação de contas 2020 com a Resíduos do Nordeste EIM, S.A., entidade controlada conjuntamente com outras entidades, o método a utilizar será o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), considerando que a Portaria não refere a possibilidade de consolidação proporcional. O Método de Equivalência Patrimonial consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. Para efeitos de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, publicada no Aviso 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

O Município de Vimioso tem contabilizado na sua conta patrimonial 41 – Investimentos Financeiros, uma participação de 1.527,00 € na Resíduos do Nordeste EIM, S.A..

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Relativamente ao Balanço do Município, o balanço consolidado apresenta os seguintes ajustamentos:

A participação inicial na Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., encontra-se registada ao seu valor nominal, 1.527,00€, a que corresponde a uma participação de 3,05% no seu capital social, que é de 50.000,00 €.

Capital Social da Resíduos do Nordeste EIM, S.A.	% Participação	Valor da Participação	Conta SNC-AP	Ano do registo
50.000,00 €	3,05%	1.527,00 €	41.4.1	2019



O Município apresentou as suas Demonstrações Financeiras individuais em SNC-AP e a “Resíduos do Nordeste, EIM,S.A.” em SNC.

Sendo 2019 o primeiro ano de consolidação, utilizando-se para efeitos de consolidação o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), foi necessário proceder-se aos ajustamentos, em face ao valor dos Capitais Próprios da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., do ano anterior, 2018. No ano de 2019 efetuaram-se os seguintes registos:

Património Ano 2018	% Participação	MEP	Ajustamento	Conta Débito	Conta Crédito
4.378.070,88 €	3,05%	133.706,28 €	132.179,28 €	411	55

Depois, já para o ano de 2020, procedeu-se aos ajustamentos em face do seguinte:

Eliminação das transações recíprocas:

Fornecimentos e serviços externos	% Participação	MEP	Conta Débito	Conta a Crédito
329.509,45 €	3,05%	10.063,22 €	78	62

Lucros não atribuídos:

Lucros não atribuídos	% Participação	MEP	Conta Débito	Conta a Crédito
368.439,80 €	3,05%	11.252,15 €	56.1	57.1.2

Resultado líquido do exercício de 2020

Resultado Líquido - Ano 2020	% Participação	MEP	Conta Débito	Conta a Crédito
238.811,53 €	3,05%	7.293,30 €	41.4.1	78

Outras variações no Património:

Outras variações no Património	% Participação	MEP	Conta Débito	Conta a Crédito
9.418.769,84 €	3,05%	287.649,23 €	41.4.1	57.1.3

Os movimentos originaram um ajustamento no valor da participação social de 294.942,53€.

Relativamente à Demonstração de Resultados do Município para a Demonstração de Resultados Consolidada, ocorreu uma variação positiva de 7.293,30€, resultado da relevação da percentagem de participação dos resultados líquidos obtidos no presente exercício pela Resíduos do Nordeste S.A.



Relativamente aos Mapas de Fluxos de Caixa Consolidados, Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado, os mesmos não sofreram alterações em relação aos mesmos mapas do Município, atendendo à utilização para a Consolidação de Contas do Método de Equivalência Patrimonial.

6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

A análise apresentada relativamente à situação económica e financeira consolidada, foi elaborada recorrendo aos dados de 2020 das entidades que constituem o perímetro de consolidação.

6.1 – Balanço Consolidado

Os quadros seguintes apresentam a síntese da estrutura do Balanço Consolidado no ano 2020:

Ativo	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	29.337.466,23	31.053.544,08
Propriedades de investimento	375.672,42	0,00
Ativos intangíveis	7.931,88	393.855,57
Participações financeiras	737.613,47	442.670,93
	30.458.684,00	31.890.070,58
Ativo corrente		
Inventários	177.236,95	179.399,13
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1.457.563,55	0,00
Cientes, contribuintes e utentes	78.962,23	7.310,09
Estado e outros entes públicos	3.010,70	24.480,25
Outras contas a receber	116.896,53	251.422,36
Diferimentos	38.142,04	29.991,44
Caixa e depósitos	3.434.087,82	3.243.743,75
	5.305.899,82	3.736.347,02
Total do Ativo	35.764.583,82	35.626.417,60

Património Líquido	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Património/Capital	7.890.561,56	7.890.561,56
Reservas	1.382.191,62	1.286.183,14
Resultados Transitados	8.480.305,29	9.375.288,26
Ajustamentos em ativos financeiros	431.080,67	132.179,28
Outras variações no Património Líquido	12.946.179,75	13.219.557,86
Resultado líquido do período	-181.058,70	107.260,63
Total do Património Líquido	30.949.260,19	32.011.030,73
Passivo	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Passivo não corrente	2.108.366,94	646.738,71
Provisões	18.417,51	18.417,51
Diferimentos	1.374.317,95	0,00
Outras contas a pagar	715.631,48	628.321,20
Passivo Corrente	2.706.956,69	2.968.648,16
Financiamentos Obtidos	2.078.042,78	2.331.902,20
Outras contas a Pagar	628.913,91	636.745,96
Total do Passivo	4.815.323,63	3.615.386,87
Total do Capital Próprio e do Passivo	35.764.583,82	35.626.417,60

Da análise dos quadros anteriores, verifica-se que o Ativo Líquido total apresentado no balanço consolidado é de 35.764.583,82€, constituído maioritariamente por Ativos não Correntes. De referir que relativamente ao Ativo Consolidado



está evidenciado o ajustamento efetuado na rubrica Participações Financeiros (41.4.1 - Participações de capital) com base na percentagem de participação do Município de Vimioso no Capital Próprio da entidade Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

O Passivo apresentado no Balanço Consolidado, no montante de 2.108.366,94€, não sofreu qualquer alteração quando comparado com o Balanço Individual do Município de Vimioso.

6.2 – Demonstração de Resultados Consolidada

A demonstração de resultados consolidada é um mapa que pretende complementar o Balanço Consolidado, indicando a natureza dos diversos Rendimentos e Gastos.

De seguida apresenta-se a síntese da Demonstração de Resultados Consolidada do ano de 2020:

RENDIMENTOS E GASTOS	Períodos	
	2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	481.057,17	505.540,47
Vendas	130.114,44	134.058,77
Prestações de Serviços	367.038,87	453.753,38
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	6.779.035,36	7.509.592,36
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-292.202,18	-251.359,94
Fornecimentos e serviços externos	-2.575.150,23	-2.996.479,40
Gastos com pessoal	-3.430.951,09	-3.512.767,64
Transferências e subsídios concedidos	-640.783,85	-778.966,90
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-10.295,77	-297,37
Outros rendimentos e ganhos	1.479.062,65	1.236.393,62
Outros gastos e perdas	-46.810,11	-98.144,53
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	2.240.115,26	2.201.322,82
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2.396.381,00	-2.068.169,91
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	-156.265,74	133.152,91
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	2.727,27
Juros e gastos similares suportados	-24.792,96	-28.619,55
Resultado antes de impostos	-181.058,70	107.260,63
Resultado líquido do período	-181.058,70	107.260,63

O Resultado Líquido de Exercício Consolidado apresenta um valor de -181.058,70€, superior ao registado na Demonstração de Resultados Individual do Município de Vimioso (com um RLE de -188.352,00€), variação influenciada pelos ajustamentos já referido no ponto 5 referente aos procedimentos de consolidação.

6.3 – Fluxos de Caixa Consolidados

Os Fluxos de Caixa Consolidados são iguais aos Fluxos de Caixa do Município de Vimioso, isto é, não se verifica qualquer alteração em virtude da presente consolidação pelo Método de Equivalência Patrimonial.

6.4 – Endividamento de Médio e Longo Prazo Consolidado e Dívida Bruta Consolidada

O Endividamento de Médio e Longo Prazo Consolidado e a Dívida Bruta Consolidada é igual ao Endividamento de Médio e Longo Prazo e à Dívida Bruta do Município de Vimioso, isto é, não se verifica qualquer alteração em virtude da presente consolidação pelo Método de Equivalência Patrimonial.



Endividamento consolidado de médio e longo prazos					
Designação	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos			Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Vimioso	Resíduos do Nordeste. EIM,SA (a)	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
Empréstimos bancários	2.078.042,78 €	0,00 €	2.078.042,78 €	0,00 €	2.078.042,78 €
Total	2.078.042,78 €	0,00 €	2.078.042,78 €	0,00 €	2.078.042,78 €

(a) Não são reportadas as dívidas de médio/longo prazo da entidade Resíduos do Nordeste. EIM, S.A. atendendo que o método de consolidação utilizado foi o Método da Equivalência Patrimonial

7. ATIVIDADES DO CONJUNTO EM MATÉRIAS QUE ESTÃO DIRETAMENTE LIGADAS À ATIVIDADE AUTÁRQUICA

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., é uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade anónima, nos termos dos artigos 271.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, e artigo 19.º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com o NIPC 505542331, participada pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais e pela Associação de Municípios do Douro Superior que integra os municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Relativamente à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., importa referir que se trata de uma empresa encarregada dos serviços de interesse geral de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, dos municípios que integram a Associação da Terra Fria do Nordeste Transmontano, e dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Douro Superior. A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. exerce ainda atividades no âmbito das energias renováveis.

8. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Não se perspetiva uma alteração significativa no que respeita à evolução do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação, com a exceção da assunção por parte do município das competências previstas na lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.

No âmbito da prossecução da sua missão, o Município de Vimioso irá levar a cabo estratégias cujo objetivo será a criação das condições necessárias ao desenvolvimento sustentável do território.

Relativamente à empresa Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., esta irá continuar a desenvolver a sua atividade de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que a integram, assim como atividades no âmbito das energias renováveis, de modo a proporcionar um adequado tratamento e valorização dos resíduos, para que todos possamos continuar a desfrutar de um planeta saudável.



9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício que distorçam a imagem verdadeira e apropriada que consta nas demonstrações financeiras.

10. DISPOSIÇÃO FINAL

De acordo com o artigo 76.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, venho submeter à aprovação pela Digníssima Câmara Municipal, para serem apreciados pelo Órgão Deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho de 2020, o Relatório de Gestão Consolidado referente ao ano de 2020, e as seguintes demonstrações orçamentais e financeiras previstas no n.º6 do artigo 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e no Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro (NCP 1 e NCP26):

Demonstrações Orçamentais Consolidadas:

- Demonstração consolidada de desempenho orçamental,
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Demonstrações Financeiras Consolidadas:

- Balanço Consolidado,
- Demonstração de resultados por natureza,
- Demonstração das alterações no património líquido,
- Demonstração dos Fluxos de Caixa,
- Anexo às demonstrações financeiras.

Vimioso, 28 de maio de 2021

O Presidente da Câmara Municipal (Entidade consolidante)


António Jorge Fidalgo Martins



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS



***DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO
DESEMPENHO ORÇAMENTAL***



Entidade: Município de Vimioso
Demonstração consolidada do Desempenho Orçamental
Período findo em 31 de dezembro de 2020

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2019
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior	2.615.422,55 €				628.321,20 €	3.243.743,75 €	
	Operações orçamentais [1]	2.615.422,55 €					2.615.422,55 €	
	Devolução do saldo oper. orçamentais	2.615.422,55 €					2.615.422,55 €	
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
	Operações de tesouraria [A]					628.321,20 €	628.321,20 €	
	Recelta corrente	8.092.138,98 €		51.318,99 €			8.143.457,97 €	
R1	Receita fiscal	468.508,92 €					468.508,92 €	
R1.1	Impostos diretos	468.508,92 €					468.508,92 €	
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	32.902,34 €					32.902,34 €	
R4	Rendimentos de propriedade							
R5	Transferências e subsídios correntes	6.945.145,62 €		51.318,99 €			6.996.464,61 €	
R5.1	Transferências correntes	6.945.145,62 €		51.318,99 €			6.996.464,61 €	
R5.1.1	Administrações Públicas	6.639.627,22 €		51.318,99 €			6.690.946,21 €	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	6.506.208,69 €		51.318,99 €			6.557.527,68 €	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	133.418,53 €					133.418,53 €	
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras	305.518,40 €					305.518,40 €	
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	437.321,68 €					437.321,68 €	
R7	Outras receitas correntes	208.260,42 €					208.260,42 €	
RA03	Receita de capital	1.285.980,61 €		171.548,02 €			1.457.528,63 €	
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências e subsídios de capital	1.252.369,30 €		171.548,02 €			1.423.917,32 €	
R9.1	Transferências de capital	1.252.369,30 €		171.548,02 €			1.423.917,32 €	
R9.1.1	Administrações Públicas	1.252.369,30 €		171.548,02 €			1.423.917,32 €	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1.252.369,30 €		171.548,02 €			1.423.917,32 €	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							



MUNICÍPIO DE VIMIOSO – Câmara Municipal

R10	Outras receitas de capital	33.611,31 €				33.611,31 €
RA04	Receita efetiva [2]	9.378.119,59 €	222.867,01 €			9.600.986,60 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos					
RA05	Recelta não efetiva [3]					
R12	Receita com ativos financeiros					
R13	Receita com passivos financeiros					
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	11.993.542,14 €	222.867,01 €			12.216.409,15 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]			155.722,50 €		155.722,50 €
DA01	Despesa corrente	7.060.623,25 €				7.060.623,25 €
D1	Despesas com o pessoal	3.474.161,93 €				3.474.161,93 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	2.693.484,42 €				2.693.484,42 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	28.211,21 €				28.211,21 €
D1.3	Segurança social	752.466,30 €				752.466,30 €
D2	Aquisição de bens e serviços	2.792.795,00 €				2.792.795,00 €
D3	Juros e outros encargos	25.380,13 €				25.380,13 €
D4	Transferências e subsídios correntes	656.983,85 €				656.983,85 €
D4.1	Transferências correntes	656.983,85 €				656.983,85 €
D4.1.1	Administrações Públicas	76.801,54 €				76.801,54 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português					
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades					
D4.1.1.3	Segurança Social					
D4.1.1.4	Administração Regional					
D4.1.1.5	Administração Local	76.801,54 €				76.801,54 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	407.053,26 €				407.053,26 €
D4.1.3	Famílias	173.129,05 €				173.129,05 €
D4.1.4	Outras					
D4.2	Subsídios Correntes					
D5	Outras despesas correntes	111.302,34 €				111.302,34 €
DA02	Despesa de capital	2.024.378,59 €	148.627,19 €			2.173.005,78 €
D6	Aquisição de bens de capital	2.012.178,59 €	148.627,19 €			2.160.805,78 €
D7	Transferências e subsídios de capital	7.500,00 €				7.500,00 €
D7.1	Transferências de capital	7.500,00 €				7.500,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas					
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português					
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades					
D7.1.1.3	Segurança Social					
D7.1.1.4	Administração Regional					
D7.1.1.5	Administração Local					
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	7.500,00 €				7.500,00 €
D7.1.3	Famílias					
D7.1.4	Outras					
D7.2	Subsídios de capital					
D8	Outras despesas de capital	4.700,00 €				4.700,00 €



MUNICÍPIO DE VIMIOSO – Câmara Municipal

DA03	Despesa efetiva [5]	9.085.001,84 €	148.627,19 €		9.233.629,03 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	264.323,78 €			264.323,78 €
D9	Despesa com ativos financeiros				
D10	Despesa com passivos financeiros	264.323,78 €			264.323,78 €
	Soma [7]=[5]+[6]	9.349.325,62 €	148.627,19 €		9.497.952,81 €
	Operações de tesouraria [C]			68.412,22 €	68.412,22 €
	Saldo para a gerência seguinte	2.644.216,52 €	74.239,82 €	715.631,48 €	3.434.087,82 €
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2.644.216,52 €	74.239,82 €		2.718.456,34 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]			715.631,48 €	715.631,48 €
	Saldo global [2] - [5]	293.117,75 €	74.239,82 €		367.357,57 €
	Despesa primária	9.059.621,71 €	148.627,19 €		9.208.248,90 €
	Saldo corrente	1.031.515,73 €	51.318,99 €		1.082.834,72 €
	Saldo de capital	-738.397,98 €	22.920,83 €		-715.477,15 €
	Saldo primário	318.497,88 €	74.239,82 €		392.737,70 €
	Receita total [1] + [2] + [3]	11.993.542,14 €	222.867,01 €		12.216.409,15 €
	Despesa total [5] + [6]	9.349.325,62 €	148.627,19 €		9.497.952,81 €



***DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE
DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR
NATUREZA***



Entidade: Município de Vimioso
Demonstração consolidada de direitos e obrigações
Período findo em 31 de dezembro de 2020

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	N	N-1
	Receita corrente	105.528,66 €	
R1	Receita fiscal		
R11	Impostos diretos		
R12	Impostos indiretos		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2.981,58 €	
R4	Rendimentos de propriedade		
R5	Transferências e subsídios correntes		
R51	Transferências correntes		
R511	Administrações Públicas		
R5111	Administração Central - Estado Português		
R5112	Administração Central - Outras entidades		
R5113	Segurança Social		
R5114	Administração Regional		
R5115	Administração Local		
R512	Exterior - U E		
R513	Outras		
R52	Subsídios correntes		
R6	Venda de bens e serviços	102.547,08 €	
R7	Outras receitas correntes		
	Receita de Capital		
R8	Venda de bens de investimento		
R9	Transferências e subsídios de capital		
R91	Transferências de capital		
R911	Administrações Públicas		
R9111	Administração Central - Estado Português		
R9112	Administração Central - Outras entidades		
R9113	Segurança Social		
R9114	Administração Regional		
R9115	Administração Local		
R912	Exterior - U E		
R913	Outras		
R92	Subsídios de capital		
R10	Outras receitas de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		
	Receita efetiva (2)	105.528,66 €	
	Receita não efetiva (3)		
R12	Receita com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros		
	Receita Total (4) = (1) + (2) + (3)	105.528,66 €	

Rubrica	OBRIGAÇÕES	N	N-1
	Despesa corrente		
D1	Despesas com o pessoal		
D11	Remunerações Certas e Permanentes		
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		
D13	Segurança social		
D2	Aquisição de bens e serviços		
D3	Juros e outros encargos		
D4	Transferências e subsídios correntes		
D41	Transferências correntes		
D411	Administrações Públicas		
D4111	Administração Central - Estado Português		
D4112	Administração Central - Outras entidades		
D4113	Segurança Social		
D4114	Administração Regional		
D4115	Administração Local		
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		
D413	Famílias		
D414	Outras		
D42	Subsídios Correntes		
D5	Outras despesas correntes		
	Despesa de Capital		
D6	Aquisição de bens de capital		
D7	Transferências e subsídios de capital		
D71	Transferências de capital		
D711	Administrações Públicas		
D7111	Administração Central - Estado Português		
D7112	Administração Central - Outras entidades		
D7113	Segurança Social		
D7114	Administração Regional		
D7115	Administração Local		
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		
D713	Famílias		
D714	Outras		
D72	Subsídios de capital		
D8	Outras despesas de capital		
	Despesa efetiva (5)		
	Despesa não efetiva (6)		
D9	Despesa com ativos financeiros		
D10	Despesa com passivos financeiros		
	Despesa Total (7) = (5) + (6)		



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade: Município de Vimioso
Balanco consolidado em 31 de Dezembro de 2020

Unidade Monetária [Euro]

Rubricas	Notas	Datas	
		31-Dez-2020	31-Dez-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		29.337.466,23	31.053.544,08
Propriedades de investimento		375.672,42	0,00
Ativos intangíveis		7.931,88	393.855,57
Participações financeiras		737.613,47	442.670,93
		30.458.684,00	31.890.070,58
Ativo corrente			
Inventários		177.236,95	179.399,13
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1.457.563,55	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		78.962,23	7.310,09
Estado e outros entes públicos		3.010,70	24.480,25
Outras contas a receber		116.896,53	251.422,36
Diferimentos		38.142,04	29.991,44
Caixa e depósitos		3.434.087,82	3.243.743,75
		5.305.899,82	3.736.347,02
Total do Activo		35.764.583,82	35.626.417,60
Património Líquido			
Património/Capital		7.890.561,56	7.890.561,56
Reservas		1.382.191,62	1.286.183,14
Resultados Transitados		8.480.305,29	9.375.288,26
Ajustamentos em ativos financeiros		431.080,67	132.179,28
Outras variações no Património Líquido		12.946.179,75	13.219.557,86
Resultado líquido do período		-181.058,70	107.260,63
Total do Património Líquido		30.949.260,19	32.011.030,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		18.417,51	18.417,51
Diferimentos		1.374.317,95	0,00
Outras contas a pagar		715.631,48	628.321,20
		2.108.366,94	646.738,71
Passivo Corrente			
Financiamentos Obtidos		2.078.042,78	2.331.902,20
Outras contas a Pagar		628.913,91	636.745,96
		2.706.956,69	2.968.648,16
Total do Passivo		4.815.323,63	3.615.386,87
Total do Capital Próprio e do Passivo		35.764.583,82	35.626.417,60



***DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
POR NATUREZA CONSOLIDADA***



Entidade: Município de Vimioso
Demonstração consolidada dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	Unidade Monetária [Euro]	
	Períodos	
	2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	481.057,17	505.540,47
Vendas	130.114,44	134.058,77
Prestações de Serviços	367.038,87	453.753,38
Transferências correntes e subsídios à Exploração obtidos	6.779.035,36	7.509.592,36
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-292.202,18	-251.359,94
Fornecimentos e serviços externos	-2.575.150,23	-2.996.479,40
Gastos com pessoal	-3.430.951,09	-3.512.767,64
Transferências e subsídios concedidos	-640.783,85	-778.966,90
Prestações sociais	0,00	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-10.295,77	-297,37
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	1.479.062,65	1.236.393,62
Outros gastos e perdas	-46.810,11	-98.144,53
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	2.240.115,26	2.201.322,82
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2.396.381,00	-2.068.169,91
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	-156.265,74	133.152,91
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	2.727,27
Juros e gastos similares suportados	-24.792,96	-28.619,55
Resultado antes de impostos	-181.058,70	107.260,63
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-181.058,70	107.260,63



***DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES
NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO***



MUNICÍPIO DE VIMIOSO – Câmara Municipal

Entidade: Município de Vimioso

Demonstração consolidada das alterações no património líquido

Período findo em 31 de dezembro de 2020

Designação	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
	Capital / Património Realizado	Outros instrum. de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	7.890.561,56 €	0,00 €	1.286.183,14 €	0,00 €	0,00 €	9.375.288,26 €	132.179,28 €	0,00 €	13.219.557,86 €	107.260,63 €	32.011.030,73 €	0,00 €	32.011.030,73 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico						-709.373,81 €			-580.295,48 €		-1.289.669,29 €		-1.289.669,29 €
Alterações de políticas contabilísticas											0,00 €		0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00 €		0,00 €
Realização do excedente de revalorização											0,00 €		0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações											0,00 €		0,00 €
Transferências e subsídios de capital									306.917,37 €		306.917,37 €		306.917,37 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						-185.609,16 €	287.649,24 €				102.040,08 €		102.040,08 €
Correção de erros materiais											0,00 €		0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-894.982,97 €	287.649,24 €	0,00 €	-273.378,11 €	0,00 €	-880.711,84 €	0,00 €	-880.711,84 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										-181.058,70 €	-181.058,70 €		-181.058,70 €
RESULTADO INTEGRAL										-181.058,70 €	-181.058,70 €		-181.058,70 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital/património											0,00 €		0,00 €
Entradas para cobertura de perdas											0,00 €		0,00 €
Outras operações			96.008,48 €				11.252,15 €			-107.260,63 €	0,00 €		0,00 €
	0,00 €	0,00 €	96.008,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11.252,15 €	0,00 €	0,00 €	-107.260,63 €	0,00 €		0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	7.890.561,56 €	0,00 €	1.382.191,62 €	0,00 €	0,00 €	8.480.305,29 €	431.080,67 €	0,00 €	12.946.179,75 €	-181.058,70 €	30.949.260,19 €	0,00 €	30.949.260,19 €



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
CONSOLIDADA



Entidade: Município de Vimioso
Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Datas	
	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	437.321,68 €	
Recebimentos de contribuintes	468.508,92 €	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	6.996.464,61 €	
Recebimentos de utentes	32.902,34 €	
Pagamentos a fornecedores	-2.792.795,00 €	
Pagamentos ao pessoal	-3.474.161,93 €	
Pagamentos de transferências e subsídios	-656.983,85 €	
Caixa gerada pelas operações	1.011.256,77 €	
Outros recebimentos/pagamentos	184.268,36 €	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	1.195.525,13 €	
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-2.160.805,78 €	
Pagamentos - Outros ativos	-12.200,00 €	
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Transferências de capital	1.457.528,63 €	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-715.477,15 €	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-253.859,42 €	
Pagamentos - Juros e gastos similares	-25.380,13 €	
Pagamentos - Outras operações de financiamento	-10.464,36 €	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-289.703,91 €	
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	190.344,07 €	
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	3.243.743,75 €	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	3.434.087,82 €	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	3.243.743,75 €	
Saldo da gerência anterior (SGA)	3.243.743,75 €	
SGA De execução orçamental	2.615.422,55 €	
SGA De operações de tesouraria	628.321,20 €	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	3.434.087,82 €	
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	3.434.087,82 €	
SGS De execução orçamental	2.718.456,34 €	
SGS De operações de tesouraria	715.631,48 €	



***ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS***



Nota 1 - Entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

De acordo com o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, com as devidas adaptações, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

De acordo com as participações do Município de Vimioso, podemos definir as entidades incluídas e excluídas do perímetro de consolidação, que de seguida se identificam:

a) Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

- Denominação social, sede e nº de pessoas ao Serviço:

a.1.) Designação da entidade: MUNICÍPIO DE VIMIOSO

Sede: Praça Eduardo Coelho – 5230-315 Vimioso

Pessoas ao serviço em 31/12/2020: 173

a.2.) Designação da entidade: Resíduos do Nordeste EIM, S.A.

Sede: Rua Fundação Calouste Gulbenkian – 5370-340 Mirandela

Pessoas ao serviço em 31/12/2020: 12

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação:

O n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, determina que *“devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal”*.

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., é uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade anónima, nos termos dos artigos 271.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, e artigo 19.º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com o NUIPC 505542331, participada pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais e pela Associação de Municípios do Douro Superior que integra os municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Relativamente à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., importa referir que se trata de uma empresa encarregada dos serviços de interesse geral de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, dos municípios que integram a Associação da Terra Fria do Nordeste Transmontano, e dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Douro Superior. A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. exerce ainda atividades no âmbito das energias renováveis.

O número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação a 31/12/2020 foi de 185.

N.º de trabalhadores do grupo municipal		
Município de Vimioso	Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.	Total
173	12	185

**b) Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:**

- Motivos da sua exclusão do perímetro de consolidação:

Participações em entidades societárias			
Entidade Participada		Tipo de Entidade	Motivos de exclusão do perímetro de consolidação
Denominação	NIPC		
Laboratório Regional de Trás - os – Montes, Lda	503271985	Sociedade por Quotas	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. A participação do Município no social capital é de 4,55% (Valor detido: 3.741,00€).

Participações em entidades não societárias			
Entidade Participada		Tipo de Entidade	Motivos de exclusão do perímetro de consolidação
Denominação	NIPC		
AMTFNT - Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	504004522	Associação de Municípios	Entidade mãe ou consolidante - Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é entidade consolidante, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município.
AMNP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	Entidade mãe ou consolidante - Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é entidade consolidante, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município.
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435	Outra não societária	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
Agência de Energia de Trás-os-Montes, AE-TM	509620540	Outra não societária	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes	510957544	Comunidade Intermunicipal	Entidade mãe ou consolidante - Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é entidade consolidante, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município.
Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro	502134615	Associativa	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro	Q3700306H	Outra não societária	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
Associação das Termas de Portugal	503975281	Associativa	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais	513864202	Associação de Municípios	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
AQUAVALOR- Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia de Água	515134465	Associação sem fins lucrativos	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.



As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Para o efeito, foi elaborado um balanço de abertura de 01 de janeiro de 2020 de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP.

O balanço e a demonstração de resultados de 2020 foram preparadas de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através de uma mera conversão dos saldos das contas e rubricas de acordo com o SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

Na transição para SNC-AP, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o Classificador Complementar 2 (CC2), e foi atualizada a vida útil dos Edifícios e Outras Construções face às disposições do SNC-AP.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2, para os ativos registados em 2020 e para os Edifícios e Outras Construções, detidos a 31 de dezembro de 2019, que viram a seu cadastro e vida útil atualizados face às disposições do SNC-AP. Para os restantes ativos detidos a 31 de dezembro de 2019, a entidade optou por manter os códigos do CIBE para efeitos de inventário e as respeitadas vidas úteis no que respeita às depreciações, conforme previsto na Portaria n.º 189/2016 de 14 de junho.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente pelo valor histórico, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.



Nota 3 - Ativos intangíveis

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Rubrica	Designação	Início do período				Fim do período			
		Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	Ativos Intangíveis								
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
A12	Goodwill								
A13	Projetos de desenvolvimento	1.157.966,67 €	784.277,76 €		373.688,91 €	1.157.966,67 €	1.157.966,67 €		0,00 €
A14	Programas de computador e sistemas de informação	92.358,91 €	70.758,25 €		21.600,66 €	93.169,73 €	85.237,85 €		7.931,88 €
A15	Propriedade industrial e intelectual	60.500,00 €	40.333,34 €		20.166,66 €	60.500,00 €	60.500,00 €		0,00 €
A16	Outros								
A17	Ativos intangíveis em curso								
	TOTAL	1.310.825,58 €	895.369,35 €	0,00 €	415.456,23 €	1.311.636,40 €	1.303.704,52 €	0,00 €	7.931,88 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Acordo de concessão de serviços	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S. A.		20 anos	-	-	-	-

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.



RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	23.046.929,71 €	11.911.224,97 €		11.135.704,74 €	24.056.202,24 €	13.100.102,79 €		10.956.099,45 €
Terrenos e recursos naturais					109.000,00 €			109.000,00 €
Edifícios e outras construções	3.652.642,55 €	1.756.838,66 €		1.895.803,89 €	3.652.642,55 €	1.930.948,99 €		1.721.693,56 €
Infraestruturas	19.394.287,16 €	10.154.386,31 €		9.239.900,85 €	20.260.639,69 €	11.169.153,80 €		9.091.485,89 €
Património histórico, artístico e cultural					33.920,00 €			33.920,00 €
Outros bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	26.994.380,27 €	8.780.733,30 €		18.213.646,97 €	27.927.354,21 €	9.545.987,43 €		18.381.366,78 €
Terrenos e recursos naturais	1.506.930,49 €			1.506.930,49 €	1.597.869,97 €			1.597.869,97 €
Edifícios e outras construções	17.603.522,29 €	4.164.608,99 €		13.438.913,30 €	17.964.532,22 €	4.696.475,78 €		13.268.056,44 €
Equipamento básico	847.667,67 €	793.031,54 €		54.636,13 €	926.681,29 €	827.808,37 €		98.872,92 €
Equipamento de transporte	1.864.645,24 €	1.755.479,16 €		109.166,08 €	1.914.214,24 €	1.790.374,81 €		123.839,43 €
Equipamento administrativo	881.597,38 €	826.810,08 €		54.787,30 €	921.884,86 €	871.403,23 €		50.481,63 €
Equipamentos biológicos								
Outros	1.559.985,54 €	1.240.803,53 €		319.182,01 €	1.560.205,56 €	1.359.925,24 €		200.280,32 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2.730.031,66 €			2.730.031,66 €	3.041.966,07 €			3.041.966,07 €
TOTAL	50.041.309,98 €	20.691.958,27 €	0,00 €	29.349.351,71 €	51.983.556,45 €	22.646.090,22 €	0,00 €	29.337.466,23 €

Nota 6 – Locações

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

O Município de Vimioso tem um contrato de locação operacional, cujos dados se apresentam no quadro seguinte.

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 ano e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento de transporte	24.035,52€ + IVA	7.128,24 €	-	14.198,96 €	-	7.128,24 €	7.128,24 €	-	14.256,48€	-
Total	24.035,52€ + IVA	7.128,24 €	-	14.198,96 €	-	7.128,24 €	7.128,24 €	-	14.256,48 €	-

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

Designação	2020	2019
Empréstimos bancários - Médio e longo Prazo	2.078.042,78 €	2.331.902,20 €



Nota 8 - Propriedades de investimento

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais	203.172,42 €								203.172,42 €		652,00 €	
Edifícios e outras construções	189.750,00 €			17.250,00 €					172.500,00 €		630,99 €	
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de investimento em curso												
TOTAL	392.922,42 €			17.250,00 €					375.672,42 €		1.282,99 €	

Nota 9 – Imparidade de ativos

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	Ativo gerador de caixa	105.528,66 €	26.566,43 €	78.962,23 €	-	-

Nota 10 - Inventários

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2020 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.



Rubricas (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	3.342,69 €	0,00 €	3.342,69 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	173.894,26 €	0,00 €	173.894,26 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	177.236,95 €	0,00 €	177.236,95 €

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)=[(1)+(2)-(3)- /(+4)- (5)+(6)- (7)+(8)]
		Compras líquidas (2)	Consumos /gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	3.342,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.342,69 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	176.056,44 €	-2.162,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	173.894,26 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	179.399,13 €	-2.162,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	177.236,95 €

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos. Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias a receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Taxas específicas das autarquias locais	24.579,66 €				
Multas e outras penalidades	2.849,27 €				
Vendas	130.114,44 €				
Prestações de serviços e concessões	367.038,87 €				
Renda de Concessão EDP	244.237,39 €				
Total	768.819,63 €				



Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos. Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias a receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	409.124,38 €				
Impostos indiretos	44.503,86 €				
Transferências e subsídios correntes obtidos	6.779.035,36 €				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1.126.439,44 €				
Outros rendimentos	111.155,74 €				
Total	8.470.258,78 €				

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)+(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	18.417,51 €									18.417,51 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	18.417,51 €									18.417,51 €

Nota 18 - Instrumentos Financeiros.

Nos quadros seguintes indica-se os investimentos financeiros do Município de Vimioso.



Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras – Justo valor										
Outros ativos financeiros										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras – custo	442.670,93 €				294.942,54 €					737.613,47 €
Outros ativos financeiros										
TOTAL	442.670,93 €				294.942,54 €					737.613,47 €

Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de Justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital – ao custo											
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,07%	293.971,50 €									293.971,50 €
Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.	3,05%	144.958,43 €				294.942,54 €					439.900,97 €
LRTM - Laboratório Regional de Trás-os-Montes	4,55%	3.741,00 €									3.741,00 €
Participações de capital – justo valor											
Participação A											
Participação B											
...											
TOTAL		442.670,93 €				294.942,54 €					737.613,47 €

Nota 23 – Outras divulgações

...

Nota final

As notas ou quadros cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



***RELATÓRIO DE CONTAS 2020
RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.***



RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM

Este documento faz parte
do Acto do...C.A., n.º .../...
de 20.../20...

Rubrica:



RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM

Este documento faz parte
da Acta do...A.C., n.º .../...
de 20.../20...

Rubrica:



Resíduos do
Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS | 2020

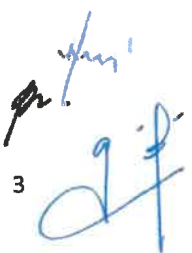
99-



PÁG.

ÍNDICE

4	Relatório de Gestão Anual 2020
5	Enquadramento da Atividade da Sociedade
6	Atividades Desenvolvidas em 2020
7	1. Recolha Indiferenciada
10	2. Gestão do Aterro Sanitário
17	3. Recolha Seletiva
21	4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis
25	5. Estudos e Projetos
33	6. Evolução da Gestão
41	7. Situação Financeira
43	8. Perspetivas
43	9. Proposta de Aplicação dos Resultados
44	10. Outras Informações
45	11. Conclusão
	Anexo ao Relatório de Gestão Anual Relativo ao Exercício de 2020
	Balanço
	Demonstração dos Resultados por Naturezas
	Demonstração dos Fluxos de Caixa
	Demonstração de Alterações no Capital Próprio
	Anexo
	Relatório Anual e Parecer do Fiscal Único
	Certificação Legal das Contas

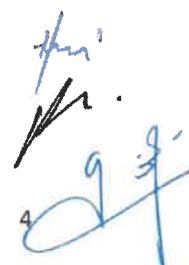

3

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2020

Exmos Acionistas da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.:

Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso, Vinhais e Associação de Municípios do Douro Superior.

Cumprindo as disposições legais aplicáveis, designadamente o disposto na alínea e), do artigo 13º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro e 55/2011, de 15 de novembro, e na alínea g), do artigo 8º dos Estatutos da empresa, submetemos à V/ apreciação, o nosso Relatório de Gestão e a proposta de aplicação dos Resultados, tudo reportado ao exercício de 2020, elaborado em conformidade com a Lei n.º 50/2012.



ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE

Nas últimas duas décadas ocorreu uma significativa evolução ao nível dos sistemas de gestão de resíduos urbanos. Partindo-se de uma lógica de gestão predominantemente municipal, no período anterior a 1995, evoluiu-se para uma gestão plurimunicipal através da criação dos sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão de RU.

Assim, no final de 2010, encontravam-se constituídos os atuais 23 sistemas responsáveis pelo serviço de tratamento e destino final adequado dos resíduos urbanos (alta) produzidos nos 278 municípios de Portugal Continental.

Os serviços de recolha de resíduos indiferenciados (baixa) mantiveram-se, na sua maioria, a ser prestados diretamente por serviços municipais, embora alguns municípios tenham vindo a contratualizar este serviço a entidades com participação privada, por delegação do serviço em empresas do sector empresarial local.

Nas Figuras 1 e 2 apresentam-se os modelos de gestão do serviço de resíduos urbanos em alta e em baixa em Portugal Continental, em 2019.



Figura 1 – EG com Serviço em Alta.

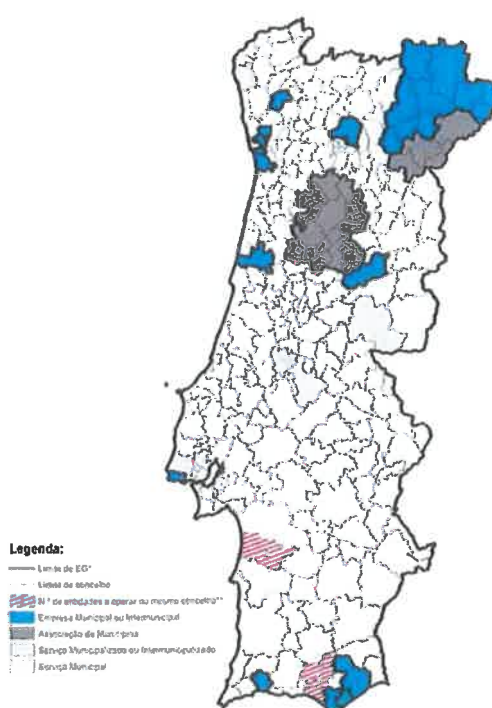


Figura 2 – EG com Serviço em Baixa.

De referir que a maior parte dos sistemas criados assumiu a responsabilidade de recolha seletiva dos resíduos urbanos na respetiva área de intervenção, exceção feita a 28 municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, Vale do Sousa e Alentejo Central.

Recentemente registaram-se alterações legais com impacte ao nível dos intervenientes do setor, de que se destacam as referentes ao acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas, permitindo a entrada de capital privado nas entidades gestoras de sistemas multimunicipais no setor dos resíduos, tendo nessa sequência sido alienado o capital social da EGF a uma entidade privada o que implicou a alteração da natureza jurídica das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, das quais a EGF era acionista maioritária, deixando estas de ser empresas públicas e passando a ser detidas, maioritariamente por uma empresa privada.

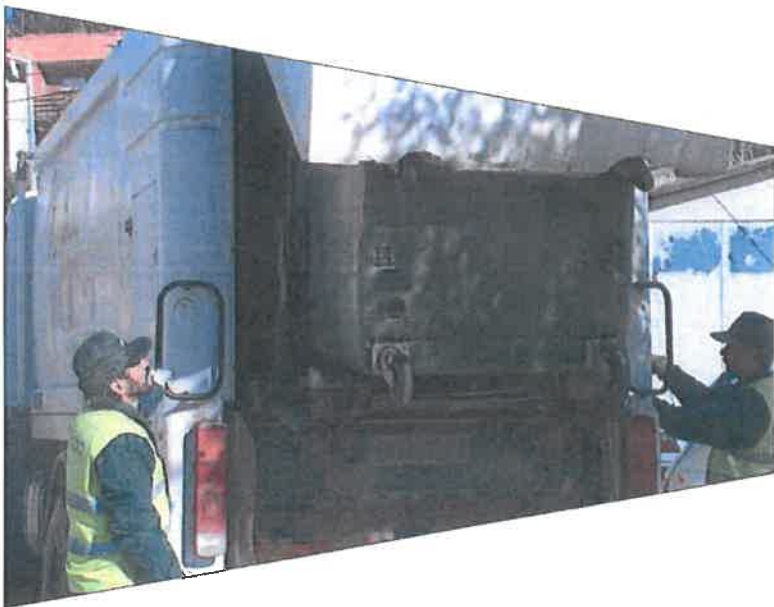
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2020

Durante o ano de 2020 a empresa prosseguiu a consolidação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes dos municípios que o integram.

Descrevem-se, de seguida, as principais atividades desenvolvidas nos seguintes domínios:

1. Recolha Indiferenciada;
2. Gestão do Aterro Sanitário;
3. Recolha Seletiva;
4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis;
5. Estudos e Projetos;
6. Evolução da Gestão;
7. Situação Financeira.

Mais desenvolvimentos sobre estas e outras atividades estão descritas, entre outros, no Relatório de Sustentabilidade (2020).



[Handwritten signature]
7 *[Handwritten signature]*

1. RECOLHA INDIFERENCIADA

O serviço de recolha indiferenciada de resíduos urbanos e a exploração das estações de transferência, incluindo a respetiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, decorreu com normalidade.

Em novembro de 2019, a prestação de serviços da Terra Quente passou a ser realizada pelo Agrupamento Complementar de Empresas “Terra Quente Transmontana, ACE” que é constituído em partes iguais pelas empresas EcoAmbiente, S.A. e PA Residel, S.A.. Desta forma passou a estar em vigor o contrato de prestação de serviços em resultado do Concurso Público Internacional n.º 3/2017 “Serviços de gestão de recolha indiferenciada de resíduos urbanos da Terra Quente Transmontana”. No gráfico 1 pode ser analisada a evolução das quantidades recolhidas pelo serviço de recolha indiferenciada desde ao ano 2003 a 2020.

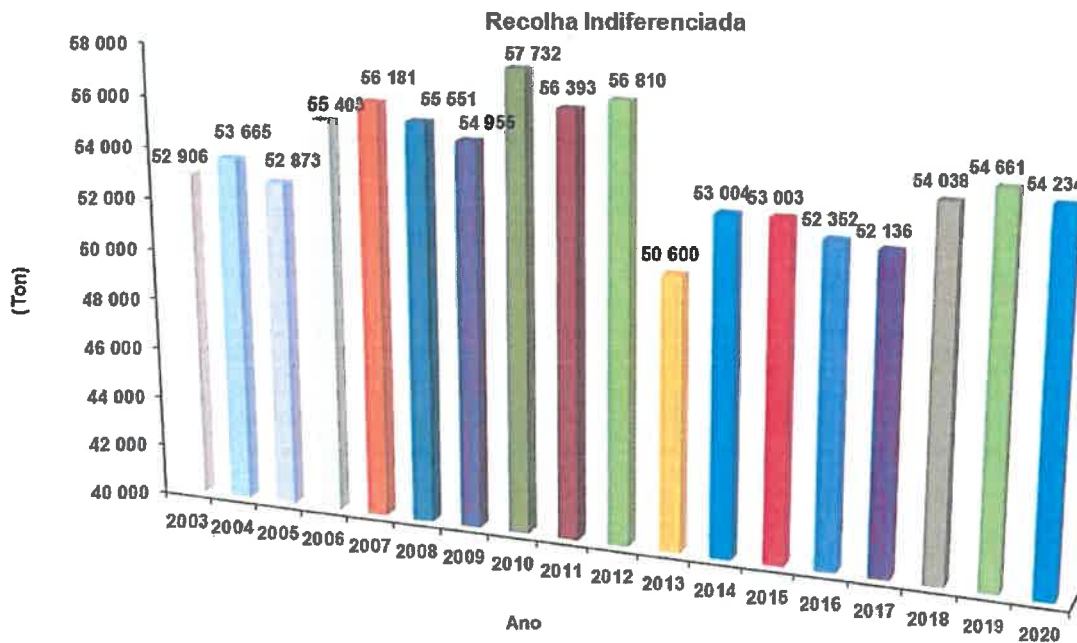


Gráfico 1 - Recolha Indiferenciada 2003 – 2020.

Em 2020 a recolha indiferenciada teve uma diminuição de cerca de -0,78% correspondente a 427 toneladas.

Tabela 1 - Proveniência dos Resíduos Urbanos (2020).

Município	Toneladas	Toneladas	Variação
	2019	2020	
Alfândega da Fé	1814,19	1816,76	0,14%
Bragança	15716,04	15596,88	-0,76%
Carrazeda de Ansiães	2265,25	2268,46	0,14%
Freixo de Espada à Cinta	1390,36	1358,20	-2,31%
Macedo de Cavaleiros	5607,50	5615,43	0,14%
Miranda do Douro	2603,24	2514,48	-3,41%
Mirandela	8477,36	8489,35	0,14%
Mogadouro	3510,01	3428,82	-2,31%
Torre de Moncorvo	3144,53	3071,80	-2,31%
Vila Flor	2380,42	2383,78	0,14%
Vila Nova de Foz Côa	3046,92	2976,45	-2,31%
Vimioso	1740,56	1747,32	0,39%
Vinhais	2964,86	2965,90	0,04%
Resíduos do Nordeste	54661,24	54233,64	-0,78%
Particulares / Empresas	541,80	776,26	43,27%
RSU / Ecocentros / Trapezoidais	1531,84	1963,84	28,20%
TOTAL	56734,88	56973,74	0,42%



**GESTÃO DO
ATERRO SANITÁRIO**

[Handwritten signature]

2. GESTÃO DO ATERRO SANITÁRIO

A melhoria da gestão do aterro sanitário, foi uma das nossas principais preocupações, quando a Resíduos do Nordeste assumiu, em 2017, a gestão desta infraestrutura.

2.1. PRODUÇÃO DE RU

De acordo com os dados da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, a produção de resíduos continuará a superar o crescimento económico e os RU deverão continuar a crescer substancialmente até 2020.

Por seu lado, a Agência Europeia do Ambiente¹ salienta que é imprescindível melhorar a gestão dos resíduos urbanos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Em síntese, a Agência Europeia do Ambiente salienta:

- De acordo com as previsões, o volume de resíduos urbanos deverá aumentar 25% entre 2005 e 2020;
- O aumento da recuperação de resíduos e o desvio de resíduos dos aterros desempenham um papel essencial para se fazer face ao impacto ambiental de um acréscimo permanente do volume de resíduos;
- Tendo em conta uma utilização acrescida da reciclagem e da incineração com recuperação de energia, espera-se que as emissões líquidas de gases com efeito de estufa resultante da gestão de resíduos urbanos diminuam consideravelmente até 2020;
- A limitação ou prevenção do aumento do volume de resíduos reduziriam ainda mais as emissões de gases com efeito de estufa proveniente do setor dos resíduos e proporcionariam outros benefícios à sociedade e ao ambiente.

A produção dos RU na Europa continua a crescer. Assim, a meta de 300kg/per capita/ano para 2000 não foi alcançada, registando-se uma produção de 500kg/per capita/ano.

¹ EEA Briefing 2008.01.

Sem prejuízo de uma evolução positiva, no sentido do cumprimento da hierarquia dos resíduos, verifica-se uma estabilização percentual da fração recolhida seletivamente para valorização material, face ao total de RU produzidos, tendência essa que vai no sentido inverso à estratégia comunitária e nacional para os RU. Embora sejam identificadas pelos SGRU diversas justificações para esta situação, julga-se que, como já referido, os investimentos realizados para ir ao encontro de um aumento da deposição seletiva não têm surtido os devidos efeitos no comportamento da população.

No que respeita ao encaminhamento direto de RU para as operações de gestão verifica-se que, em 2019, os RU tiveram o seguinte destino final:

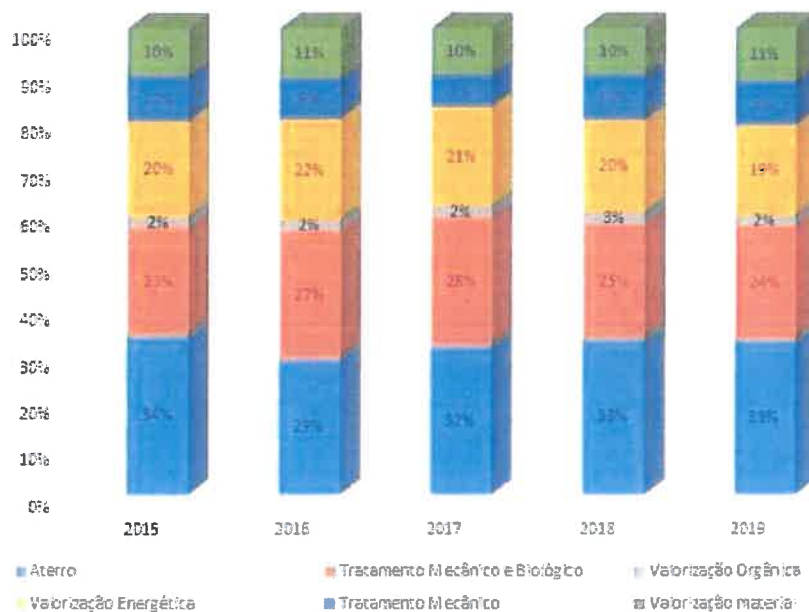


Gráfico 2 - Destino dos RU em Portugal. Fonte: RARU, 2019.

No que respeita à Região do Nordeste Transmontano, a produção de resíduos aumentou ao longo de vários anos, começando a diminuir em 2013 e a tendência dos últimos anos é de alguma estabilidade.

No aterro sanitário foram depositados: o refugo proveniente da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), resíduos equiparados a urbanos, o refugo proveniente do Centro de Triagem, assim como as quantidades provenientes de particulares, sendo:

- Refugo: 36.491,94 ton;
- Particulares: 776,26 ton.

Em 2020 foram rececionados no PANT 60.852,79 toneladas de resíduos, sendo a principal operação de gestão, o tratamento mecânico e biológico.

No gráfico em baixo apresenta-se o destino dos resíduos urbanos recolhidos no Sistema Resíduos do Nordeste, em 2020.

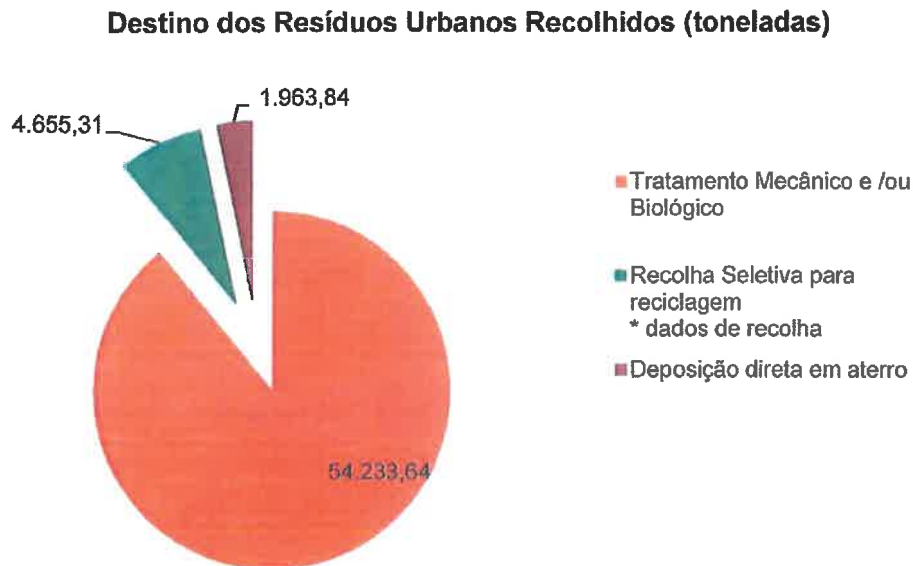


Gráfico 3 – Destino dos Resíduos Urbanos Recolhidos, (2020).

2.2. MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO ÁTERRO SANITÁRIO

A monitorização do aterro sanitário é efetuada de acordo com as normas legais e ambientais em vigor, incluindo a análise de águas superficiais, águas subterrâneas, lixiviados e biogás, não existindo dados significativos a mencionar no presente Relatório.

Ainda no que se refere ao aterro sanitário, são de registar as ações de controlo da respetiva exploração, verificações mensais e auditorias de conformidade legal. Em 2019 deu-se cumprimento à obrigação de verificação in situ do Relatório Ambiental Anual. O Relatório Ambiental de 2020 será submetido até junho de 2021.

No âmbito da compostagem e do aterro são cada vez mais exigentes os requisitos alicerçados às licenças no âmbito do consumo de água, rejeição de efluentes e do título único ambiental.

Os lixiviados, durante o ano 2020, foram tratados na Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL) do aterro sanitário, na Osmose Inversa, e a monitorização foi

efetuada de acordo com os parâmetros exigidos na legislação e no TUA (Título Único Ambiental) e licenças anexas.

2.3. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS LIXIVIANTES (ETAL)

A ETAL do aterro sanitário encontra-se em funcionamento, efetuando o tratamento dos lixiviados.

A infraestrutura representou um investimento no valor de 1.250.000,00€ que foi compartilhado pela APA em 85%, conforme estatuído no respetivo Contrato Programa de Cooperação Técnica e



Fotografia 1 – ETAL.

Financeira.

É, contudo, de salientar que os gastos do tratamento dos lixiviados eram muito elevados constituindo uma forte preocupação.

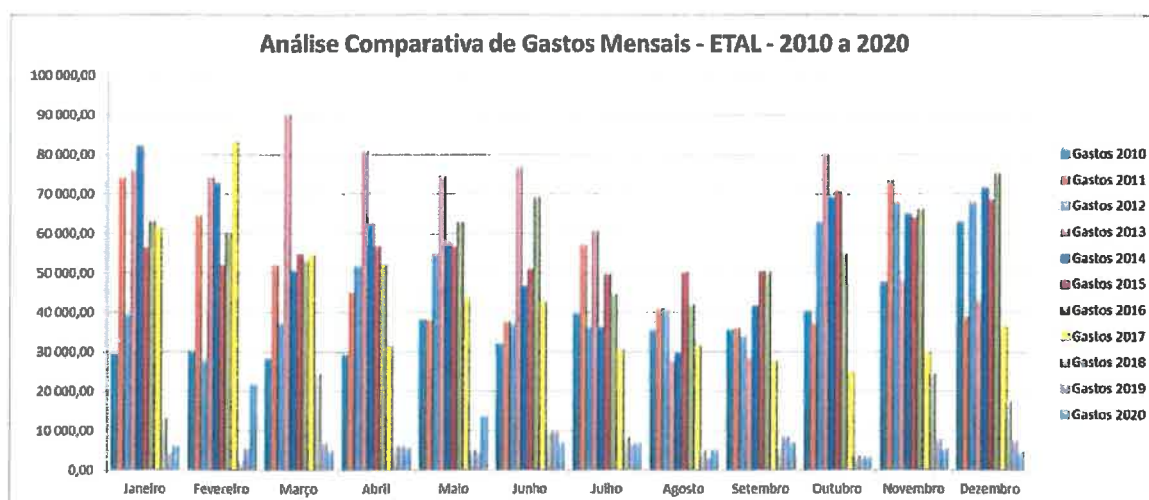


Gráfico 4 - Análise comparativa dos gastos mensais 2010 a 2020.

Para minimizar os gastos do tratamento dos lixiviados, salvaguardando o cumprimento das normas legais e ambientais, a Resíduos do Nordeste assumiu, em janeiro de 2018, a gestão da ETAL. Dessa forma, conseguimos reduzir drasticamente os gastos,

em 2017 gastámos 501.785,72 €, em 2018, 2019 e 2020, o gasto foi de 125.937,46 €, 76.202,77 € e 93.144,49 €, respectivamente.

2.4. APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO BIOGÁS

A nível nacional a atribuição de novas potências para produção de energias renováveis a partir de biogás constitui um passo importante para a concretização do objetivo a que Portugal se comprometeu no âmbito do Protocolo de Quioto para que, em 2010, 39% do consumo energético tenha origem em fontes de energia renovável.

O aproveitamento energético de biogás de aterros sanitários necessita de peritagem técnica e financeira para um correto planeamento, execução do projeto e operação dos sistemas, tendo a Resíduos do Nordeste obtido informação favorável da Direção-Geral de Geologia e Energia para uma ligação até 1246 Kva à rede do sistema elétrico público.

Este projeto evita a emissão de cerca de 2.000 ton/ano de CO₂ e a economia anual de cerca de 7.000 barris de petróleo. Por outro lado, permite minimizar custos operacionais e gerar proveitos suplementares através da venda de energia elétrica à rede pública.

Representou um investimento de aproximadamente 1.150.000,00€, possui uma potência de 716 kW, e tem uma produção média anual de energia de 4.500 MWh, energia equivalente ao consumo médio de 1.500 habitações por ano.

A CVE entrou em funcionamento em maio de 2009, registando a produção expressa no gráfico 4. Em 2020, por dificuldades no licenciamento junto da DGEG, não houve faturação de energia.



Fotografia 2 – CVE.

2.5. CAPACIDADE ESTIMADA DO ATERRO

No que concerne à gestão do aterro, neste momento encontra-se em fase final o enchimento da 3ª célula.

No segundo semestre de 2022, estima-se a entrada em funcionamento da 4.ª célula, o que permitirá a deposição de resíduos após o ano 2022. A referida célula terá uma capacidade de encaixe de cerca de 206.007 toneladas, o equivalente a 5 anos e 10 meses.

Deposição de RU em Aterro - Previsão para 2022

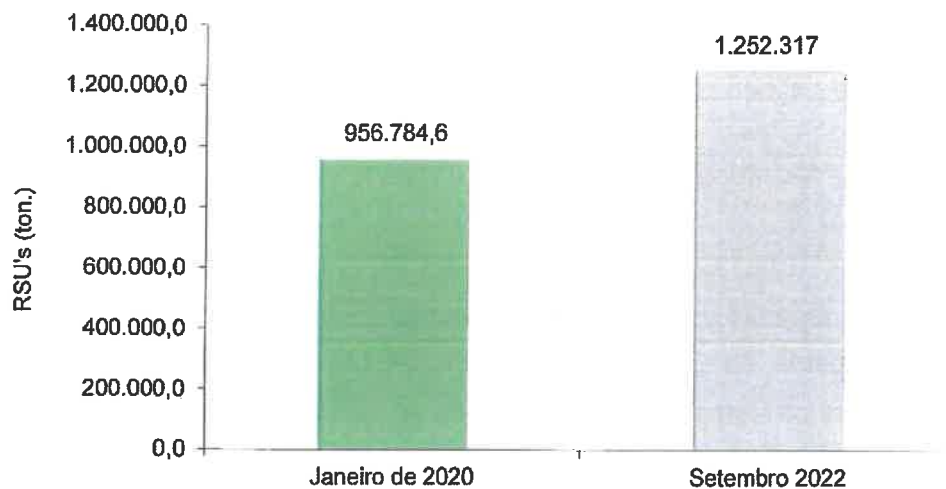


Gráfico 5 – Deposição de RU em Aterro.



Fotografia 3 - Aterro Sanitário de Urjals – área selada.



RECOLHA

SELETIVA

3. RECOLHA SELETIVA

Em 2020 a recolha seletiva aumentou em todos materiais, com exceção dos OAU, apresentando as seguintes quantidades:

Tabela 2 – Evolução da Recolha Seletiva.

Quantidade (Ton)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Papel/Cartão	858	963	1057	1109	1389	1581
Vidro	799	699	761	878	1022	1072
Metal	147	178	198	229	248	305
Plásticos	495	612	612	601	770	868
Madeira	178	217	259	321	365	419
Pilhas	2	1	3	2	1	3
Oleos Minerais	2	1	0	0	0	0
REEE's	284	313	310	303	348	391
OAU	11	14	9	15	16	15
Verdes	25	41	31	44	39	66
TOTAL	2801	3039	3240	3502	4198	4719

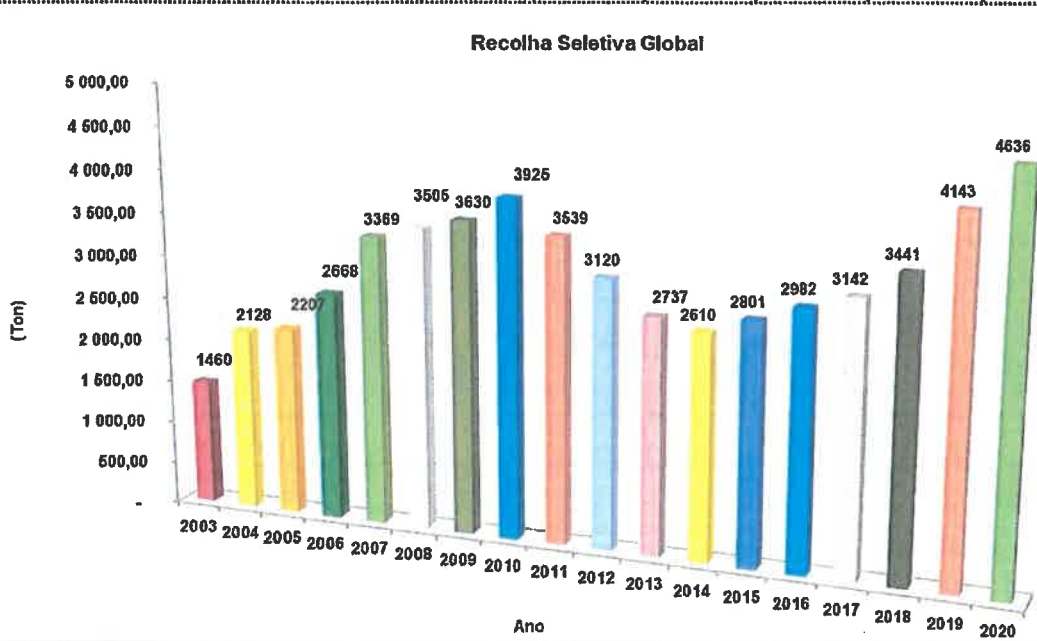


Gráfico 6 Evolução da Recolha Seletiva no Sisitema Resíduos do Nordeste

Podemos verificar que houve um aumento na recolha seletiva global de cerca 12%, em relação a 2019. No nosso rácio (RS vs RI) obtemos um valor de 8 %, conforme se evidencia na figura seguinte:

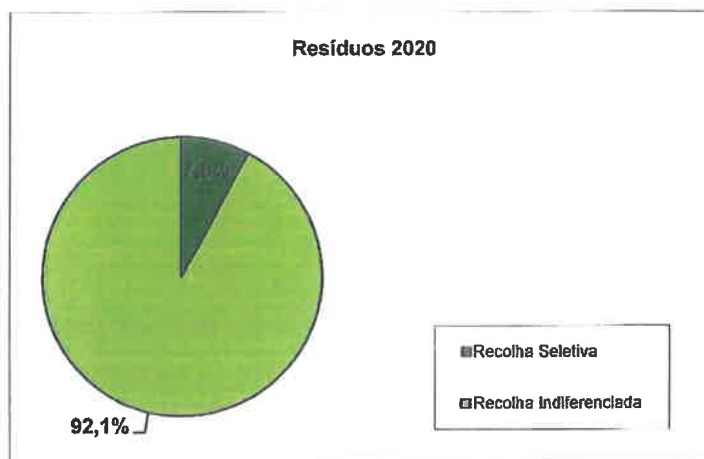


Gráfico 7 - Rácio Recolha Seletiva vs Recolha Indiferenciada.

3.1. ECOPONTOS

No que diz respeito aos ecopontos a rede atualmente instalada é a seguinte:

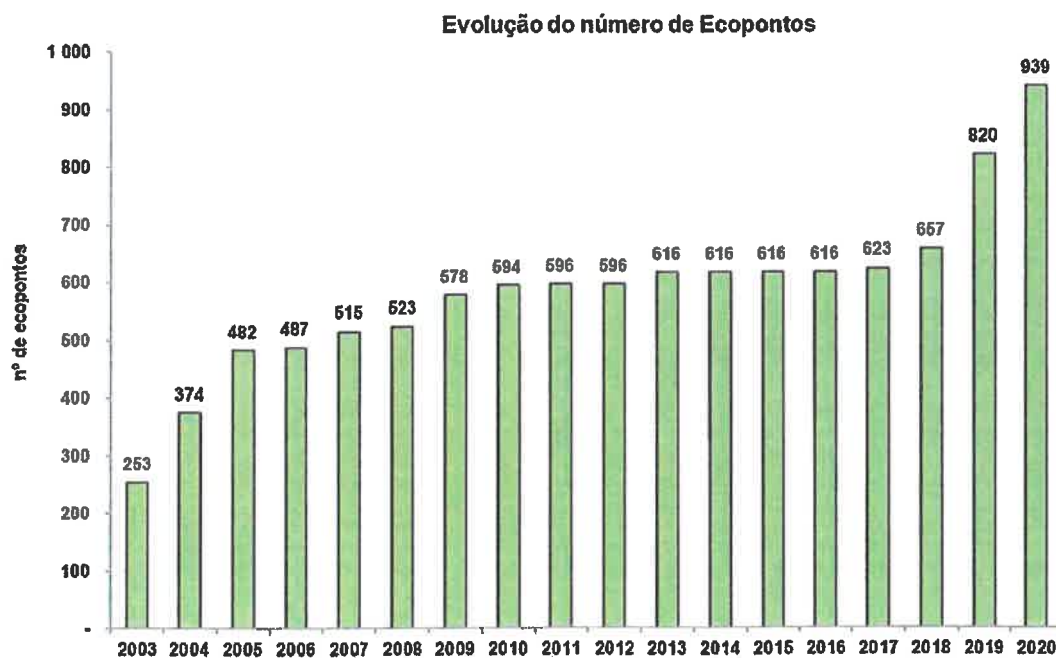


Gráfico 8 – Evolução do número de Ecopontos.

Independentemente da necessidade de avaliar o aumento do número de ecopontos instalados em alguns municípios, o Sistema apresenta um rácio global de ecopontos instalados muito aceitável, 1 ecoponto / 143 habitantes (939 ecopontos instalados/134.024 habitantes fonte: Pordata 2018).

Acresce que a um alargamento da rede de ecopontos deverá corresponder um aumento da produção de recicláveis, caso contrário, podemos colocar em causa o equilíbrio financeiro dos contratos existentes.

No domínio da recolha seletiva, onde ainda temos que progredir, temos procurado reciclar ou valorizar todos os resíduos.



CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS

**SEPARAR E VALORIZAR
VAI DO COMEÇAR!**

[Handwritten signature]
20



**RESÍDUOS URBANOS
BIODEGRADÁVEIS**

4. RESÍDUOS URBANOS BIODEGRADÁVEIS

UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO POR DIGESTÃO ANAERÓBIA

Com o objetivo de contribuir para a estratégia de valorização orgânica de RUB, consignada no PERSU II, e enquadrada no compromisso nacional e comunitário de redução da matéria orgânica depositada em aterro, a implementação deste projeto dotou o conjunto dos treze municípios dos meios necessários para poder passar a valorizar RUB. Por outro lado, através da separação mecânica, permite a recuperação de resíduos recicláveis.



Fotografia 4 – Panorâmica exterior da UTMB.

A UTMB constitui uma solução integrada para a valorização das cerca de 55.000 toneladas de RU produzidas anualmente no Sistema. Por ano permite desviar da deposição em aterro no mínimo 10.000 toneladas de RUB provenientes da recolha seletiva.

O custo total da operação foi de **19.093.967,00€**, participado em 85% pelo FEDER, ou seja **15.808.034,67€**.

A UTMB entrou em funcionamento deste 2013. Trata-se de uma oportunidade para a região de Trás-os-Montes, em termos económicos, ambientais e sociais, pois constitui um foco de empregabilidade (criação de novos postos de trabalho) e um potencial mercado inovador através da comercialização do composto orgânico produzido, restabelecendo a economia da região e produção de energia elétrica através da valorização do biogás gerado no sistema.

Por outro lado, a produção de composto orgânico com qualidade demonstrará os benefícios acrescidos e ainda desconhecidos na fertilidade dos solos, nomeadamente na reabilitação de áreas degradadas/ abandonadas na região (minas, pedreiras, áreas desertificadas).



Fotografia 5 – Linha de Alimentação da UTMB.



Fotografia 6 – Saída de Materiais Recicláveis.

Caraterização dos resíduos que entraram na UTMB em 2020, ou seja produzidos nos 13 municípios:

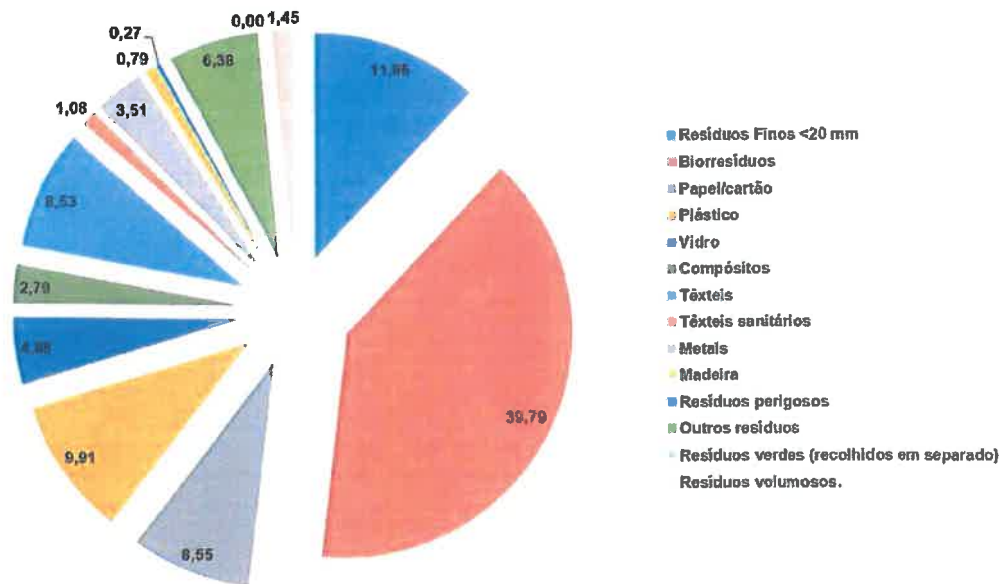


Gráfico 9 - Composição Física dos Resíduos Urbanos.

A Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico recebeu, em 2020, os RU provenientes das recolhidas municipais e os resíduos verdes dos ecocentros onde existe este fluxo de resíduos separado em contentor, conforme a tabela seguinte:

Tabela 3 – Proveniência dos RU tratados na UTMB.

Proveniência	Quantidade (t)
Recolhas municipais	54 233,64

Com a conclusão da UTMB ganhou forma o “Parque Ambiental do Nordeste Transmontano” (PANT) em contraponto com a anterior situação de apenas um aterro sanitário, como elucida a fotografia 7.



Fotografia 7 - Parque Ambiental do Nordeste Transmontano.



**ESTUDOS E
PROJETOS**

5. ESTUDOS E PROJETOS

Neste domínio, em 2020, continuamos a implementar os seguintes estudos e projetos:

5.1. NOVOS FLUXOS DE RESÍDUOS

Neste particular, importa destacar a recolha seletiva de Óleos Alimentares Usados (OAU), em que a Resíduos do Nordeste é responsável pela gestão dos OAU, nos municípios que delegaram na empresa essa responsabilidade.

Delegação na Resíduos do Nordeste, EIM, da gestão dos óleos alimentares usados – criação de uma rede de recolha seletiva intermunicipal – Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro.

Desde 31 de dezembro de 2017 que a Resíduos do Nordeste é a entidade responsável pela gestão dos OAU nos seguintes municípios: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

A rede de recolha seletiva intermunicipal de óleos alimentares usados encontra-se em funcionamento em todos os municípios que delegaram na Resíduos do Nordeste essa responsabilidade.

Mais informações sobre este assunto são desenvolvidas no respetivo relatório anual de gestão de OAU (2020).



Fotografia 8 – Oleões.



Fotografia 9 – Viatura de Recolha de OAU.

5.2. "PROJETO INTEGRADO DE RECOLHA SELETIVA MULTIMATERIAL NO NORDESTE TRANSMONTANO"

A operação foi aprovada ao abrigo do PO SEUR e compreende as seguintes ações:

Ação 1 - Recolha Seletiva Multimaterial porta-a-porta (PaP);

Ação 2 - Otimização e Reforço da Recolha Seletiva;

Ação 3 – Centro de triagem.

O "Projeto Integrado de Recolha Seletiva Multimaterial no Nordeste Transmontano" tem uma duração de 30 meses.

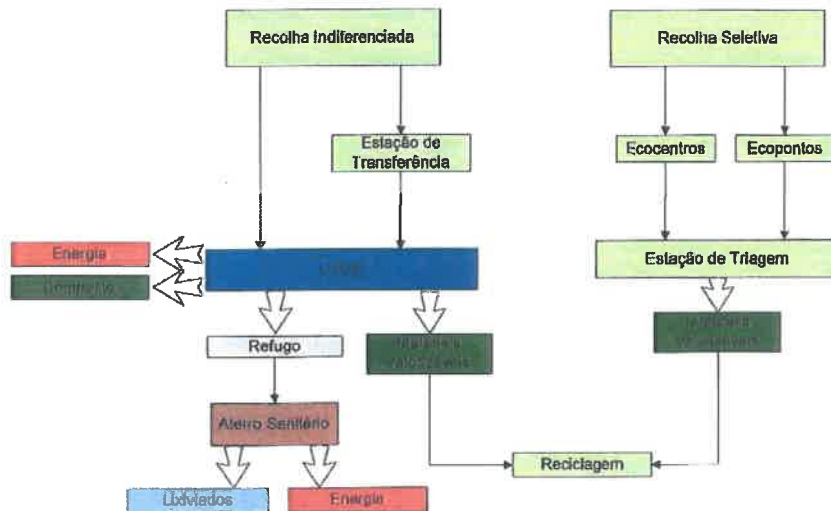


Figura 3 - Modelo Atual de Gestão de Resíduos.

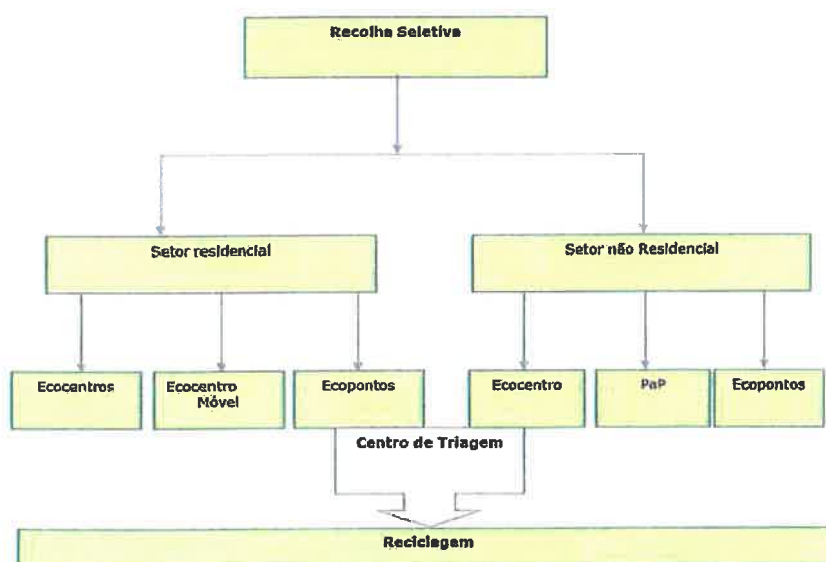


Figura 4 Alteração ao modelo de recolha seletiva com o projeto.

[Handwritten signature]

5.3. PROJETO EDUCAR PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR

O projeto aprovado, com a duração de 24 meses, consistiu na implementação de uma campanha de educação e sensibilização nos municípios que integram a CIM-TTM, e em simultâneo no Sistema Resíduos do Nordeste.

MEDIDAS & AÇÕES

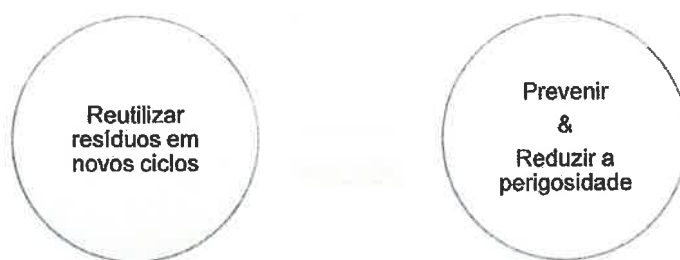
A apresentação de resultados do relatório de execução final vai seguir a ordem das medidas aprovadas em sede de candidatura, nomeadamente:

Biorresíduos

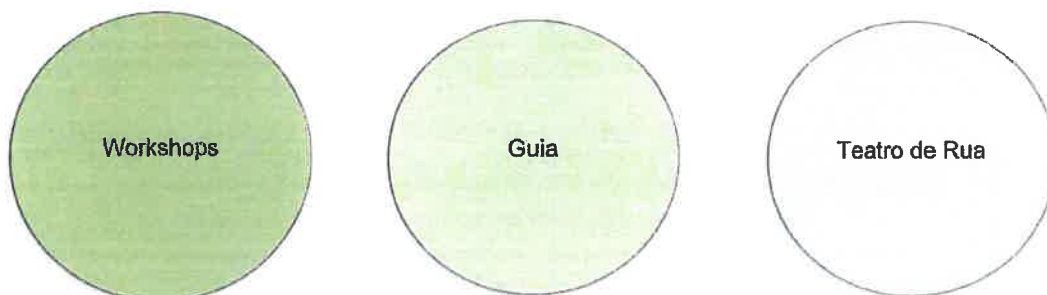


Embalagens

Fluxos Específicos de Resíduos Urbanos/outros resíduos

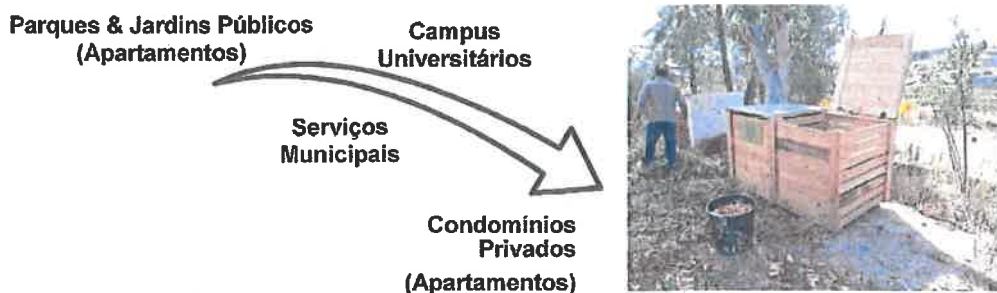


Sensibilizar/Informar para uma Economia Circular



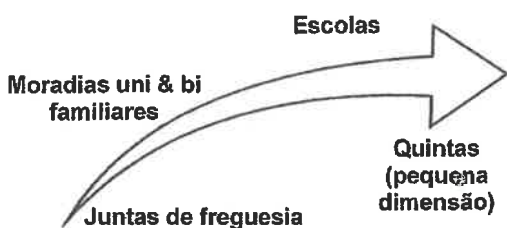
Foi implementada com sucesso a campanha aplicável à prevenção de resíduos orgânicos, mais concretamente de biorresíduos através da implementação de processos de Compostagem Comunitária e Doméstica, através de um conjunto de instrumentos e ações de proximidade direta.

Compostagem Comunitária:



Compostagem Doméstica:

A Compostagem Doméstica foi implementada de acordo com o planeamento aplicável nos 9 municípios abrangidos por esta Campanha. As evidências foram enviadas ao longo dos pedidos de pagamento. Foram efetuadas visitas PaP em todas as famílias, para além da entrega de guia, de forma a garantir a motivação à continuidade. Poderão visualizar as ações aplicáveis através da #EECRN na página de facebook da Resíduos do Nordeste.



No âmbito da luta contra o desperdício alimentar, foram dinamizadas reuniões e foi concluída, com sucesso, a APP designada de APP_TITE CIRCULAR, disponível para *download* nas lojas Google e apple:

- <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.itvintage.apptite>
- <https://apps.apple.com/pt/app/app-tite/id1481599037>

APP_TITE CIRCULAR é hoje uma marca da Resíduos do Nordeste. Uma imagem com identidade para os produtores e consumidores, onde mais do que nunca se privilegia a transparência sobre a informação daquilo que produzimos e comemos.



Trata-se de um exemplo de economia digital, pela forma como se recorre à tecnologia, enquanto elemento inovador e facilitador para comunicãr e reinventar uma economia tradicional local.

Por último, mas não menos importante, mostram-se exemplos de produtos caraterísticos dos 13 Municípios como um todo, descrevendo a sua identidade e cadeia de valor aplicável.

A Campanha, com vista à redução da produção e embalagens, foi implementada com sucesso, pela substituição nos serviços municipais, de copos e garrafas de utilização única por canecas com fita e garrafas reutilizáveis, foi ainda promovido o consumo de água da torneira.

Os instrumentos utilizados tiveram portanto um impacto muito positivo, e contribuíram para incentivar a economia local a repensar novos modelos de negócio nesta temática.



Relativamente à 3.^a Campanha, designada de Sensibilização para uma Economia Circular, a mesma foi também implementada com sucesso, através de um conjunto de ações, como os *workshops*, teatro de rua, e o Guia para uma Gestão Circular de Resíduos ([Resíduos do Nordeste, EIM - Sensibilização Ambiental - Educar para uma Economia circular \(residuostonordeste.pt\)](#)).

O projeto, que já se encontra concluído, foi apresentado em eventos nacionais e internacionais do setor, nomeadamente:

- Jornadas Técnicas Internacionais de Resíduos, 2019, Lisboa – APESB;
- Congresso Mundial de Resíduos, 2019, Bilbao – ISWA;
- *À conversa sobre Cascas*, Évora, 2019 – Gesamb;
- Conferência Wastes 2019, Caparica – CVR, FCT.



Foi ainda considerado, no âmbito da estratégia "sensibilização e envolvimento social", exemplo de circularidade, pelo eco.nomia, <https://eco.nomia.pt/pt/exemplos/residuos-do-nordeste>.

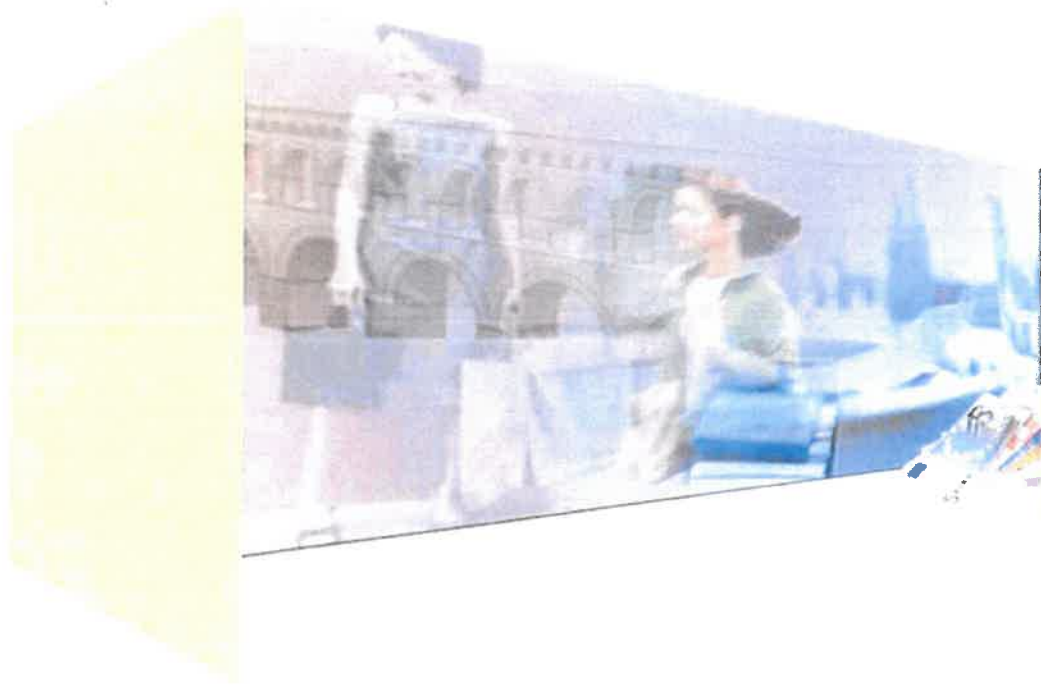
5.4. NOVOS ESTUDOS E PROJETOS

A Resíduos do Nordeste realizou vários estudos e projetos ao longo do ano de 2020, nomeadamente para o reforço da recolha seletiva porta-a-porta, para a recolha seletiva de biorresíduos, a saber:

- Candidatura Recolha seletiva de biorresíduos – **Eficaz (aprovada)**
- Projeto de Recolha seletiva de biorresíduos - **Em curso.**
- Projeto de Recolha de embalagens no setor residencial (municípios de maior densidade populacional) - **Em curso.**
- Programa de Apoio à Elaboração de Estudos Municipais para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos - **Em curso.**
- Sistema de Monitorização Remota_Compostores - **Em curso.**

- Otimização do processo de captação de valorização de biogás do aterro e TMB
- **Em curso.**





**EVOLUÇÃO DA GESTÃO
E SITUAÇÃO FINANCEIRA**

Handwritten signature
Handwritten initials

6. EVOLUÇÃO DA GESTÃO

6.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS

A evolução da magnitude dos investimentos no contexto do triénio findo apresenta-se como segue:

(valores expressos em euros)

Política de investimentos		Período 2020			Período 2019			Período 2018
		Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Investimentos	Investimentos financeiros	475,50	111,78	30,73%	363,72	130,39	55,88%	233,33
	Propriedades de investimento							
	Ativos fixos tangíveis	1.175.802,74	(553.411,10)	(32,00)%	1.729.213,84	1.521.265,23	731,56%	207.948,61
	Ativos intangíveis	8.167,00	(61.527,87)	(98,28)%	69.694,87	42.390,17	155,25%	27.304,70
	Totais	1.184.445,24	(614.827,19)	(34,17)%	1.799.272,43	1.563.785,79	664,07%	235.486,64
Desinvestimentos	Investimentos financeiros							
	Propriedades de investimento							
	Ativos fixos tangíveis	29.018,13	29.018,13					
	Ativos intangíveis							
	Totais	29.018,13	29.018,13					

Ao longo destes últimos dois anos a empresa investiu valores muito significativos em ativos de exploração totalmente direcionados para a modernização e diversificação da sua atividade produtiva. Tais investimentos têm vindo a ser realizados na base de projetos de investimento candidatados a fundos comunitários, onde se destaca o "Projeto Integrado de Recolha Seletiva Multimaterial no Nordeste Transmontano", o qual é apoiado pelo POSEUR do Portugal 2020 com uma comparticipação que ronda os 85% das aplicações relevantes respetivas.

Neste contexto, a maioria dos valores globais investidos centrou-se na aquisição de equipamentos, viaturas e construção de edifícios industriais, sendo que o valor investido nessas construções ascendeu a, sensivelmente, 157.000 €, ao passo que o valor investido em equipamentos e viaturas foi de 1.018.000 €, valores sem IVA.

A grande maioria dos investimentos realizados em 2020 resulta de operações de investimento iniciadas em 2019, sendo que a quase totalidade das componentes desses investimentos ainda não se encontravam terminadas no final daquele ano. Por

consequente, estão em causa investimentos cuja conclusão irá concretizar-se em meados de 2021, prevendo-se a entrada em teste do funcionamento dos equipamentos e a formação do pessoal em contexto de trabalho no início do segundo semestre desse ano.

A situação de emergência e de calamidade pública que se vive desde março de 2019 afetou a marcha dos investimentos nos quais a empresa se envolveu, razão pela qual os mesmos não foram concluídos no decurso do ano findo. De todo o modo, a data de conclusão de todos os investimentos candidatados a fundos comunitários está devidamente articulada com a entidade que gere os fundos públicos respetivos, motivo pelo qual não está aqui em causa a perda dos mesmos por parte da empresa.

Os investimentos em intangíveis não atingiram expressão de relevo, estando também associados a um projeto ligado à sensibilização ambiental, candidatado a fundos comunitários. A implementação de tal projeto não se esgotou em 2020, prevendo-se a sua conclusão também no decurso de 2021.

Restará dizer que a empresa tem praticamente concluído o processo de licenciamento de todo o complexo de recolha e tratamento de resíduos, incluindo a componente de tratamento de lixiviados, isto é, o parque ambiental globalmente considerado, tudo inserido na mais recente legislação que regula os processos de licenciamento deste tipo de complexos (Regime de Licenciamento Único de Ambiente, instituído pelo Decreto-Lei nº 75/2015, de 11 de maio), com vista à obtenção do Título Único Ambiental (TUA).

Aguarda-se a visita dos técnicos com competência nesta matéria (APA), de modo a que seja emitido o alvará de utilização dirigido a todo o parque ambiental.

6.2 ANÁLISE DA ACTIVIDADE E DOS RESULTADOS

Numa base trienal, mostra-se, de seguida, a evolução da atividade económica da sociedade.

A análise do quadro que se segue permite observar o comportamento do volume de negócios, margem bruta e resultados operacionais, tudo numa base comparativa com aquilo que teve lugar em 2018 e 2019:

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	Período 2020			Período 2019			Período 2018
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	7.324.017,83	73.141,21	1,01%	7.250.876,62	(49.791,18)	(0,68%)	7.300.667,80
Margem bruta - Valor	1.323.234,99	(73.890,48)	(5,29%)	1.397.125,47	(256.287,70)	(15,50%)	1.653.413,17
Margem bruta - %	18,07%	-1,20%	-6,23%	19,27%	-3,38%	(14,92%)	22,65%
Resultado operacional	205.842,18	(289.955,76)	(59,30%)	505.797,94	136.498,62	36,96%	369.299,32

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	Período 2020			Período 2019			Período 2018	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	7.324.017,83	100,00%	1,01%	7.250.876,62	100,00%	(0,68%)	7.300.667,80	100,00%
Margem bruta - Valor	1.323.234,99	18,07%	(5,29%)	1.397.125,47	19,27%	(15,50%)	1.653.413,17	22,65%
Resultado operacional	205.842,18	2,81%	(59,30%)	505.797,94	6,98%	36,96%	369.299,32	5,06%

Depois de uma muito ligeira queda de 2018 para 2019, em 2020 o volume de negócios da empresa experimentou uma pequena subida, tendo ultrapassado a marca de 7.300.000 €. Trata-se de uma subida de cerca de 73.000 €, a que corresponde uma variação de 1%.

Em síntese, pode dizer-se que o volume de negócios da empresa tem estado estabilizado em torno do valor acima apontado, girando anualmente em torno desse montante. Isso mesmo é plenamente constatado pela observação da primeira linha de cada uma das tabelas acima apresentadas, concluindo-se que as variações anuais do volume em questão são perfeitamente marginais.

Portanto, no estado atual da capacidade produtiva da empresa e da sua forma de atuar no negócio que desenvolve, pode dizer-se que o seu volume de negócios está estabilizado em torno da marca acima referida.

Em termos mais precisos, o comportamento do volume de negócios de 2019 para 2020 assenta:

- (i) na diminuição da recolha indiferenciada em 0,78%;
- (ii) no aumento das vendas de material reciclado em cerca de 17%, como consequência do aumento da recolha seletiva que rondou os 12%.

Em relação à evolução dos níveis de rentabilidade, constata-se que a Margem Bruta obtida pela empresa em 2020 pouco oscilou face à obtida no ano anterior, facto que é atestado pela circunstância de a mesma apenas ter diminuído 1,2 pontos percentuais, ou seja, menos 73.900 €. Considerando, portanto, a efetiva estabilidade do valor da Margem em apreço, as alterações ocorridas de 2019 para 2020 nos níveis de rentabilidade apurados a jusante pela empresa não encontram explicação na variação do valor desta Margem.

Esclarece-se que a Margem Bruta é calculada tomando em linha de conta apenas os gastos suportados com subcontratos e a variação nos inventários, considerando a especificidade do modelo de negócio da Resíduos do Nordeste.

O que não passa despercebido, tanto mais que o valor da Margem Bruta pouco se alterou, como acabou de se ilustrar, é a deterioração do Resultado Operacional de 2019 para 2020 e mesmo face a 2018. Como adiante melhor se verá, esta deterioração, muito visível, nada tem que ver com a alteração das condições de exploração da empresa ou com aspetos de natureza organizacional; está sim associada a factos de natureza não recorrente ou ocasional, os quais, tendo efetivamente ocorrido em 2020, ocasionaram uma perda para a empresa neste ano, tendo atingido negativamente o valor deste Resultado, dado que, de acordo com a atual definição de Resultado Operacional, a dita perda deve influenciar o valor do mesmo.

Para já, realça-se o facto de o valor do Resultado Operacional em 2020 ter descido quase 300.000 € face ao ano anterior, o que representa uma variação negativa de quase 60%. Ou seja, estamos perante uma diminuição para menos de metade ao nível deste Resultado face a 2019, muito embora a Margem Bruta tenha revelado uma estabilidade muito apreciável.

Como adiante se verá, o comportamento acabado de ilustrar fez com que todas as outras categorias ou níveis de Resultados apurados em 2020 tenham evoluído em baixa face ao ano anterior e a 2018.

Sendo certo que são muitas as variáveis que conduzem à formação do Resultado Operacional, vejamos, sinteticamente, o que condicionou a sua evolução no triénio. Para o efeito, apresentam-se mais duas tabelas, que devem ser lidas conjuntamente com a Demonstração dos Resultados, aí se apresentando, igualmente, a evolução das outras categorias de Resultados:

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	Período 2020			Período 2019			Período 2018
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	7.324.017,83	73.141,21	1,01%	7.250.876,62	(49.791,18)	(0,68)%	7.300.667,80
Outros rendimentos e gastos operacionais	(5.720.627,99)	(318.550,58)	(5,92)%	(5.401.077,31)	238.787,81	4,23%	(5.639.865,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1.603.389,94	(246.409,37)	(13,32)%	1.849.799,31	188.996,63	11,38%	1.660.802,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.397.547,76)	(53.548,39)	(3,98)%	(1.344.001,37)	(52.498,01)	(4,08)%	(1.291.503,36)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	205.842,18	(299.955,76)	(59,30)%	505.797,94	138.498,62	36,96%	389.299,32
Resultados financeiros	(27.633,17)	3.959,63	12,53%	(31.592,80)	3.810,98	10,76%	(35.403,78)
Resultado antes de imposto (RAI)	178.209,01	(295.996,13)	(62,42)%	474.205,14	140.309,60	42,02%	333.895,54
Imposto sobre rendimento do período	60.602,52	166.367,88	157,30%	(105.785,36)	(158.553,50)	(300,36)%	52.788,14
Resultado líquido do período	238.811,53	(129.628,25)	(35,18)%	368.439,78	(18.243,00)	(4,72)%	386.683,68

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	Período 2020			Período 2019			Período 2018	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Varição face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios	Varição face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	7.324.017,83	100,00%	1,01%	7.250.876,62	100,00%	(0,68)%	7.300.667,80	100,00%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(5.720.627,99)	(78,11%)	(5,92)%	(5.401.077,31)	(74,46%)	4,23%	(5.639.865,12)	(77,25)%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1.603.389,94	21,89%	(13,32)%	1.849.799,31	25,51%	11,38%	1.660.802,68	22,75%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.397.547,76)	(19,08%)	(3,98)%	(1.344.001,37)	(18,54%)	(4,08)%	(1.291.503,36)	(17,60)%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	205.842,18	2,81%	(59,30)%	505.797,94	6,98%	36,96%	389.299,32	5,06%
Resultados financeiros	(27.633,17)	(0,38%)	12,53%	(31.592,80)	(0,44%)	10,76%	(35.403,78)	(0,48)%
Resultado antes de imposto (RAI)	178.209,01	2,43%	(62,42)%	474.205,14	6,54%	42,02%	333.895,54	4,57%
Imposto sobre rendimento do período	60.602,52	0,83%	157,30%	(105.785,36)	(1,46%)	(300,36)%	52.788,14	0,72%
Resultado líquido do período	238.811,53	3,26%	(35,18)%	368.439,78	5,08%	(4,72)%	386.683,68	5,30%

Tendo em conta a evolução dos principais agregados de rendimentos e gastos observada ao longo dos três últimos anos, a verdade é que ambas as tabelas acima apresentadas exibem níveis de Resultados para 2020 um tanto abaixo dos homólogos obtidos nos dois anos anteriores, sendo que a queda acaba por ser pronunciada em alguns níveis de rentabilidade.

Na verdade e explicando o antedito, constata-se que em 2020 o valor assumido pelo RADFI (ou EBITDA) foi de 1.603.389,94 €, a que corresponde 21,89% do volume de negócios desse ano, ao passo que no ano anterior aquele montante elevou-se a 1.849.799,31 €, sendo que a percentagem do volume de negócios que lhe está associada é de 25,51%. Por conseguinte, tanto em termos absolutos como relativos verifica-se que o EBITDA evoluiu desfavoravelmente, apesar de o volume de negócios ter aumentado e as condições de exploração se terem mantido.

Dissecando a evolução dos gastos de 2019 para 2020 com algum pormenor, chega-se à conclusão que:

(i) O valor dos "Outros gastos" aumentou cerca de 200.000 €. Trata-se de um agravamento bastante pronunciado, o qual se encontra diretamente ligado ao Acordo celebrado pela empresa com um antigo fornecedor, em contexto de Ações Judiciais interpostas por este contra aquela. Tal Acordo teve o condão de colocar um ponto final no conjunto de litígios que opunham as partes, salvaguardando a Resíduos do Nordeste dos graves efeitos financeiros que poderiam eventualmente decorrer de uma ou outra decisão desfavorável que pudesse recair sobre uma ou outra Ação que se encontrava a tramitar.

Como é evidente, uma das grandes consequências daquele aumento traduziu-se na diminuição dos Resultados Operacionais acima ilustrada.

(ii) O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos aumentou cerca de 150.000 €, facto que se associa, sobretudo, ao aumento dos gastos na recolha seletiva (mais subcontratação de pessoal, mais consumíveis, mais carros de recolha);

(iii) Considerando o valor dos investimentos realizados em 2020 e aqueles que nesse ano entraram em funcionamento, a que se juntam aqueles elementos que, entretanto, terminaram a sua vida útil contabilística no decurso do mesmo, o valor das Depreciações do exercício aumentou cerca de 53.000 € de 2019 para 2020. Ora, como as Depreciações andam muito ligadas ao valor que se transfere para rendimentos em consequência da subsídio para investimento, o valor de tal transferência também acabou por subir; então, deste jogo entre gastos e rendimentos acrescidos, o impacto no Resultado Operacional de 2020 foi diminuto;

(iv) Não se reforçou o valor retido acumulado destinado a fazer face aos encargos decorrentes da selagem e monitorização do aterro, por se considerar que o valor já provisionado é suficiente. Nestes termos, não foi reforçada a Provisão respetiva;

(v) Tendo-se concluído pela inexistência de risco material associado à cobrança dos créditos detidos sobre clientes registados em conta corrente, não foram constituídas imparidades sobre tais créditos;

(vi) Os "Gastos com o Pessoal" apresentam um crescimento à volta de 33.000 €. Esta variação tem subjacente, essencialmente, a contratação de uma nova colaboradora para reforçar o quadro do pessoal.

Segue-se um quadro ilustrativo do número de efetivos e gastos correspondentes:

(valores expressos em euros)

Recursos humanos	Período 2020	Período 2019	Período 2018
Número de trabalhadores no final do período	12	11	11
Número médio de trabalhadores ao longo do período	12	11	10
Gastos com o pessoal	374.420,59	341.339,47	320.648,01
Gastos médios por trabalhador	31.201,72	31.030,86	32.064,80
VAB por trabalhador	186.326,31	206.500,33	242.495,61

(vii) Os Resultados Financeiros da empresa são praticamente formados pelos gastos financeiros (juros) pagos a propósito do empréstimo bancário contraído junto do BEI para o financiamento da construção da UTMB. Tais juros, pagos numa base semestral, têm baixado ligeiramente de ano para ano, facto que explica a razão pela qual os Resultados Financeiros sejam parecidos no triénio em apreço. Deste modo, os Resultados Antes de Impostos seguiram em linha com a evolução dos Resultados.

Do lado dos rendimentos, para além do comportamento do valor das vendas e serviços prestados referido supra, importa acrescentar:

** Os "Outros Rendimentos" assumem-se como uma parcela importante no segmento do total dos rendimentos contabilizados pela entidade. No entanto, no domínio daqueles "Outros Rendimentos", apenas a componente associada aos subsídios ao investimento ocupa lugar de relevo. Ora, de 2019 para 2020 verificou-se um acréscimo do valor anual da transferência para "Outros Rendimentos" deste tipo de subsídios, motivo pelo qual se

assistiu a uma variação positiva do valor global de tais Rendimentos. Tal acréscimo, em termos globais, desses “Outros Rendimentos” atingiu cerca de 65.000 €, ao passo que o incremento da transferência daqueles subsídios para tais Rendimentos andou pelos 49.900 €.

Deve dizer-se que este último incremento acaba por se justificar, na medida em que o valor das Depreciações do Exercício de 2020 também sofreu um impulso positivo, sendo certo que, o valor destas últimas e aquela transferência anual destes subsídios para “Outros Rendimentos”, andam interligados;

** Em 2020 a entidade obteve benefícios fiscais de valor significativo decorrentes dos investimentos realizados no segundo semestre do ano, a coberto do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II, aprovado pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho.

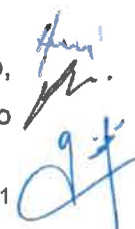
O benefício global atingiu 94.032,42 €, mas só foi possível deduzir à coleta do IRC do ano de 2020 a importância de 22.431,72 €, considerando as limitações impostas pelo regime jurídico próprio deste benefício fiscal. O crédito não utilizado, de 71.600,70 €, poderá ser deduzido nos cinco próximos anos económicos, pelo que tal crédito representa um ativo por impostos diferidos. O referido crédito afetou positivamente o cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício de 2020, pelo que os Resultados Líquidos foram incrementados pelo valor do mesmo crédito.

7. SITUAÇÃO FINANCEIRA

O nível de rentabilidade historicamente exibido pela empresa, aliada à retenção sucessiva dos resultados/lucros correspondentes, tem vindo, ano após ano, a contribuir para a sua solidez financeira. Tal nível de rentabilidade vem perfeitamente evidenciado nas tabelas que acima se apresentaram e comentaram.

Os meios libertos pela atividade da empresa em 2020 cifraram-se em 404.304,62 €, sendo que, em 2019, esse valor atingiu 556.758 €. Portanto, estamos perante valores muito interessantes, que têm contribuído para o robustecimento da situação financeira da empresa.

A boa posição financeira da entidade reflete-se nos seus principais indicadores de gestão, como é o caso do seu rácio de Autonomia Financeira e Solvabilidade. Verifica-se que o rácio da Autonomia Financeira subiu para 69%, como se mostra adiante.

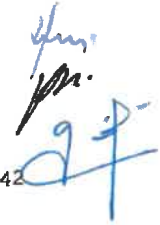


Face ao bom nível da rentabilidade observada em 2020, os indicadores de situação financeira da empresa continuam a registar níveis muito interessantes, não dando sinais de degradação.

Apresenta-se uma tabela tradutora da evolução da situação financeira da empresa no decurso do triénio findo, com a indicação de algumas grandezas relevantes:

	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
(+) Resultados Líquidos	386.683,68	368.439,78	238.811,53
(+) Provisões	-146.008,17	0,00	0,00
(+) Imparidades	362.823,42	26.492,92	0,00
(+) Amortizações e Depreciações	1.291.503,36	1.344.001,37	1.397.547,76
(-) Subsídios ao investimento transferidos para rendimentos	1.140.669,36	1.182.175,29	1.232.054,67
Meios Libertos	754.332,93	556.758,78	404.304,62
Ativos Correntes	7.397.427,60	7.402.281,21	6.904.628,82
Passivos Correntes	2.541.332,46	2.396.556,57	1.855.366,09
Capitais Próprios	13.765.484,86	14.363.274,91	14.404.092,03
Ativos Correntes/Passivos Correntes	2,91	3,09	3,72
Autonomia Financeira	0,65	0,67	0,69

Em função do antedito e a partir do conteúdo da tabela acabada de apresentar, é evidente que a situação financeira da empresa se mostra perfeitamente equilibrada. A Resíduos do Nordeste está, portanto, em perfeitas condições de solver as suas responsabilidades atuais e futuras sem quaisquer constrangimentos, aqui se incluindo aquelas que derivam dos encargos a suportar com a selagem e monitorização das células já utilizadas ou em vias de utilização e que constituem o aterro sanitário/parque ambiental sob gestão da mesma. A este respeito, notar-se-á que tais encargos mostram-se adequadamente provisionados, em conformidade com as regras que regem as normas de carácter ambiental, bem como com aquelas que regem esta matéria ao nível contabilístico.

42 

8. PERSPETIVAS

8.1 INVESTIMENTOS A REALIZAR

Os investimentos relevantes em perspetiva estão inteiramente relacionados com a conclusão da implementação dos projetos candidatados pela empresa ao Portugal 2020, no âmbito do POSEUR, a qual se espera ver concretizada a meio do ano em curso. Neste contexto, os valores que estão em causa apresentam-se do seguinte modo (sem IVA), aqui se incluindo, também, alguns outros de investimentos de valor e natureza residuais:

- Ativos Fixos Tangíveis:	2.626.000 €
- Ativos Intangíveis:	192.000 €

8.2 GASTOS E RENDIMENTOS PREVISTOS

As estimativas apresentadas no contexto do Plano e Orçamento/2021 apontam para um valor das Vendas e Prestações de Serviços á volta de 7.534.000 € (s/IVA), a que deverão corresponder Gastos com o Pessoal e FSE de 422.000 € e 6.473.000 €, respetivamente.

Para 2021 não se encontra previsto o reforço ou a utilização da provisão relacionada com a selagem e monitorização do aterro sanitário, sendo que tal provisão deverá, em termos efetivos, ajustar-se à realidade da utilização das células constitutivas do mesmo e respetiva taxa de utilização.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do C.S.C., vem, neste ponto, o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2020.

Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido do Exercício, no valor de 238.811,53 €, seja transferido para Reservas Livres.

A retenção destes resultados na empresa, por via da sua transferência para Reservas Livres, servirá para aumentar a sua capacidade de autofinanciamento, logo, da concretização dos investimentos projetados e acima explicitados, bem como, sobretudo, para acorrer aos encargos futuros decorrentes da selagem e monitorização do aterro e realização dos investimentos ligados à preparação de novas células de deposição de resíduos.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

10.1 Dando cumprimento ao disposto no Artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora para com a Segurança Social e AT. Do mesmo modo, não se registam quaisquer débitos em atraso para com os trabalhadores.

10.2 Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b), do nº 5, do Artº 66º do C.S.C., não ocorreram quaisquer fatos que mereçam especial referência com impacto na atividade da entidade.

10.3 Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração, nos termos do artigo 397º do C.S.C. (alínea e) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.4 A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.5 No domínio da sua atividade principal, a entidade não corre especiais riscos de preço, considerando a forma como se processa a formação dos mesmos.

O risco de crédito que afeta a empresa é o normal de mercado para empresas com sólida estrutura económica e financeira e sem incidentes conhecidos e/ou registados.

Quanto aos riscos de liquidez e de fluxos de caixa, não se verificam aqui riscos elevados, considerando o facto de os principais clientes da empresa serem os Municípios que integram a área de influência da empresa, os quais, à semelhança de todos os outros, estão sujeitos ao controlo da despesa imposta por lei, na base da Lei dos compromissos (alínea h) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.6 Não é expectável que a atual crise de saúde pública provocada pela doença COVID-19, com todas as medidas que foram e têm sido tomadas para minimizar/reduzir as hipóteses de contaminação, venha a ter efeitos significativos na atividade da empresa, quer em termos do seu nível de operações, quer em termos da sua rentabilidade.



11. CONCLUSÃO

Assim, como resulta da leitura do presente Relatório, entendemos que os objetivos fixados para o ano de 2020 foram, na sua generalidade, plenamente alcançados.

O Sistema concluiu o ciclo de infra-estruturas básicas e deverá, no futuro, abrir uma nova etapa necessariamente marcada pela qualidade, nomeadamente com o incremento da recolha seletiva, o tratamento dos resíduos biodegradáveis e a valorização dos rejeitados da UTMB.

O Conselho de Administração aproveita a oportunidade para agradecer a todos os que nos apoiaram no desempenho desta missão, nomeadamente:

- Às Associações de Municípios;
- Aos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais;
- A todos os Membros da Assembleia Geral;
- Ao Fiscal Único;
- Aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia;
- A todos os funcionários das Câmaras Municipais, em particular das Divisões de Ambiente;
- Aos Operadores de Resíduos; e
- Aos trabalhadores da Resíduos do Nordeste.

Resíduos do Nordeste, 29 de abril de 2021.

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,

(Fernando Francisco Teixeira de Barros)

(Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães)

**ANEXO AO
RELATÓRIO DE
GESTÃO ANUAL
RELATIVO AO
EXERCÍCIO DE
2020**

*fui
pr.
27*

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2020

1. Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se informação relativa às participações detidas pelos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização no capital da empresa à data de 31 de dezembro de 2020:

(valores expressos em euros)

Participações dos membros do órgão de gestão e dos membros do órgão de fiscalização		Ações				Obrigações			
		Membros do órgão de gestão			Membros do órgão de fiscalização	Totais	Membros do órgão de gestão	Membros do órgão de fiscalização	Totais
		Município de Braga representado por Hernâni Dinis Venâncio Dias	Município de Vila Flor representado por Fernando Francisco Teixeira de Barros	Associação dos Municípios do Douro Superior representada por Francisco João Matias Albuquerque Guimarães					
Ações e obrigações detidas no final do período	Número de títulos	11 560,00	2 375,00	11 000,00		24 935,00			
	Valor nominal unitário	1,00	1,00	1,00		1,00			
	Valor nominal total	11 560,00	2 375,00	11 000,00		24 935,00			
	Percentagem do capital social	23,12%	4,75%	22,00%		49,87%			
Aquisições no período	Data de aquisição								
	Número de títulos								
	Valor nominal unitário								
	Valor nominal total								
	Percentagem do capital social								
Alienações no período	Data de aquisição								
	Número de títulos								
	Valor nominal unitário								
	Valor nominal total								
	Percentagem do capital social								
	Valor de aquisição								

Capital social	50 000,00
----------------	-----------

As alíneas a), b), c) e d) do n.º 2 do Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais não têm aplicação ao caso, na medida em que os titulares de ações da sociedade não se encontram nas condições aí referidas.

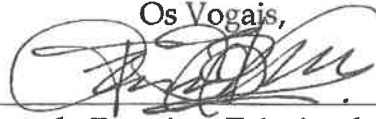
2. Comunica-se que durante o exercício de 2020 não ocorreram quaisquer negócios relacionados com ações representativas do capital da empresa, envolvendo quaisquer membros dos órgãos sociais. Tão pouco foram oneradas quaisquer ações.

Resíduos do Nordeste, 29 de abril de 2021

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,

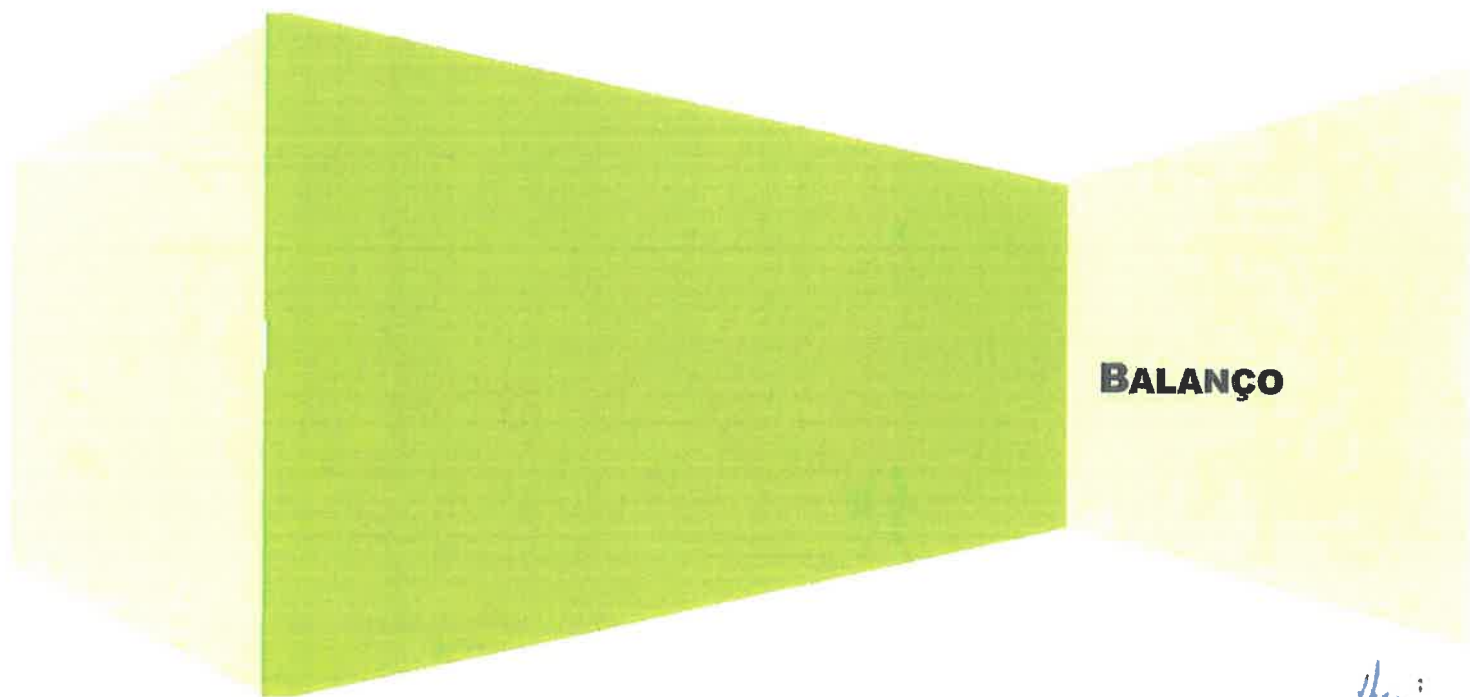


(Fernando Francisco Teixeira de Barros)



(Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães)



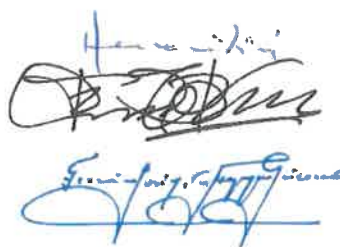


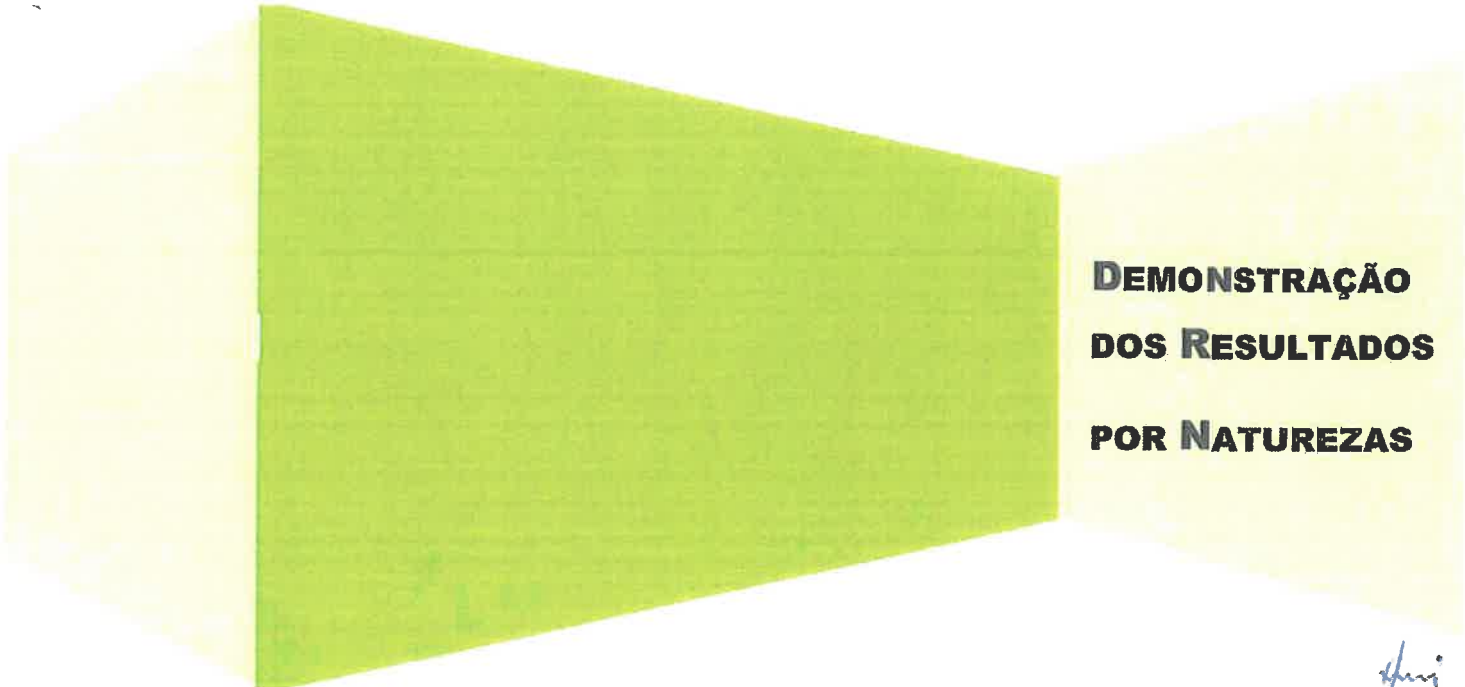
Handwritten signature in blue ink.

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A. - BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3; 4	13 499 503,71	13 694 693,07
Ativos intangíveis	3; 5	85 920,07	106 488,78
Investimentos financeiros	3; 11; 15	233 115,14	232 691,37
Créditos e outros ativos não correntes	3; 14; 15	163 790,70	126 000,00
		13 982 329,62	14 159 873,22
Ativo corrente			
Inventários	3; 7	114 530,32	121 333,71
Clientes	3; 15	2 082 469,71	2 122 578,81
Estado e outros entes públicos	3; 14; 15	541 012,19	310 411,75
Outros créditos a receber	2; 3; 15	128 803,21	307 385,77
Diferimentos	3; 15	14 656,34	11 838,11
Caixa e depósitos bancários	3; 11; 15	4 023 157,05	4 528 733,06
		6 904 628,82	7 402 281,21
Total do ativo		20 886 958,44	21 562 154,43
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	11	52 230,87	52 230,87
Outras reservas	11	4 644 279,79	4 275 840,01
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	10; 11	9 418 769,84	9 616 764,25
Resultado líquido do período		238 811,53	368 439,78
Total do capital próprio		14 404 092,03	14 363 274,91
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9; 15	1 773 035,71	1 773 035,71
Financiamentos obtidos	3; 11; 15	544 951,01	653 826,66
Outras dívidas a pagar	3; 11; 15	2 309 513,60	2 375 460,58
		4 627 500,32	4 802 322,95
Passivo corrente			
Fornecedores	3; 15	813 407,02	1 194 803,45
Estado e outros entes públicos	15	446 458,73	441 925,46
Financiamentos obtidos	3; 11; 15	108 875,65	104 787,87
Diferimentos	3; 15	53 195,00	8 195,00
Outros passivos correntes	3; 11; 15	433 429,69	646 844,79
		1 855 366,09	2 396 556,57
Total do passivo		6 482 866,41	7 198 879,52
Total do capital próprio e do passivo		20 886 958,44	21 562 154,43

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração




**DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS
POR NATUREZAS**

Handwritten signature in blue ink.

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Rendimentos e Gastos	NOTAS	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	3; 8; 15	7 324 017,83	7 250 876,62
Subsídios à exploração	15	5 100,00	47 181,77
Variação nos Inventários da produção	15	-6 803,39	-29 425,85
Fornecimentos e serviços externos	14; 15	-6 374 119,35	-6 219 391,10
Gastos com o pessoal	15	-374 420,59	-341 339,47
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2; 3; 11	0,00	-26 492,92
Aumentos/reduções de justo valor	3; 11	-51,73	4 184,94
Outros rendimentos	10; 15	1 287 720,65	1 222 262,18
Outros gastos	8; 15	-258 053,48	-58 056,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 603 389,94	1 849 799,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4; 5	-1 397 547,76	-1 344 001,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		205 842,18	505 797,94
Juros e gastos similares suportados	6	-27 633,17	-31 592,80
Resultado antes de impostos		178 209,01	474 205,14
Imposto sobre o rendimento do período	3; 14; 15	60 602,52	-105 765,36
Resultado líquido do período		238 811,53	368 439,78

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÃO DOS
FLUXOS DE CAIXA**

[Handwritten signature]

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

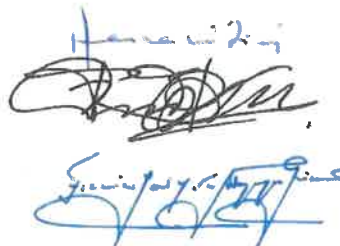
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 295 679,17 €	8 162 381,82 €
Pagamentos a fornecedores	-	7 070 152,85 €	7 002 237,87 €
Pagamentos ao pessoal	-	367 762,56 €	341 111,53 €
Caixa gerada pelas operações		857 763,76 €	819 032,41 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	15 -	136 585,10 €	78 441,60 €
Outros recebimentos/pagamentos	-	873 341,51 €	298 278,12 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-	152 162,85 €	442 312,69 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4 -	1 443 772,17 €	1 722 889,06 €
Ativos intangíveis	5 -	18 402,03 €	72 746,48 €
Investimentos financeiros	-	460,83 €	364,07 €
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		480,09 €	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		1 241 837,61 €	1 313 488,41 €
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-	220 317,33 €	482 511,20 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11; 15 -	104 787,87 €	100 853,57 €
Juros e gastos similares	-	28 307,95 €	32 242,25 €
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-	133 095,82 €	133 095,82 €
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		- 505 576,00 €	- 173 294,33 €
Efeitos das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	4 528 733,06 €	4 702 027,38 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	4 023 157,05 €	4 528 733,06 €

O Contabilista Certificado N.º 63736



O Conselho de Administração





**DEMONSTRAÇÃO DE
ALTERAÇÕES NO
CAPITAL PRÓPRIO**

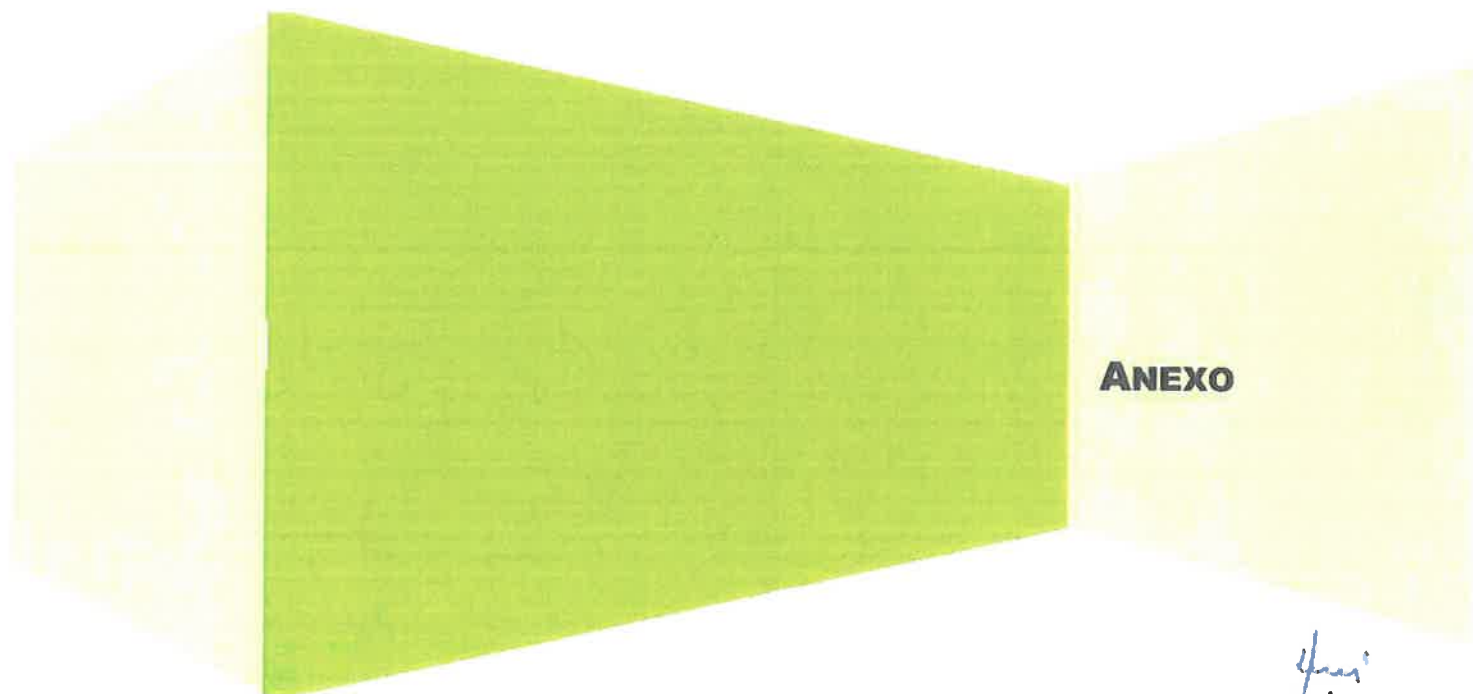
[Handwritten signature]

RESÍDUOS DO NORDESTE, E.M., S.A.
Demonstração das alterações no capital própria no período 2019

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa										Unidade Monetária: €		
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros rendimentos do capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados intermediários	Excedente de revalorização	Ajustamentos de outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1	50.000,00				52.230,87	3.889.156,33	386.683,68		9.367.413,98		13.765.484,86		13.765.484,86
Primeira adoção de novo referencial contábilístico														
Alterações de políticas contábilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	10									229.350,27		229.350,27		229.350,27
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2									229.350,27		229.350,27		229.350,27
RESULTADO INTEGRAL	3									368.439,78		368.439,78		368.439,78
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3									368.439,78		597.790,05		597.790,05
Realizações de capital														
Realizações de prêmios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	5						386.683,68	(386.683,68)						
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+4+5	50.000,00				52.230,87	4.275.840,01	386.683,68		9.616.784,25	368.439,78	14.363.274,91		14.363.274,91

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração



ANEXO

Handwritten signature in blue ink.

ANEXO
(modelo reduzido)

1 - Identificação da entidade:

1.1 – Denominação da entidade.

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.

NIPC 505 542 331

1.2 - Lugar da sede social.

Rua Fundação Calouste Gulbenkian

5370 – 340 Mirandela

1.3 - Natureza da atividade.

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. é uma empresa encarregada dos serviços de interesse geral de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, e dos municípios que integram a Associação de Municípios do Douro Superior.

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. exerce ainda atividades no âmbito das energias renováveis.

A empresa pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica e outras.

Para assegurar a realização do seu objeto, a Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei, designadamente em sistemas multimunicipais.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), constante do Aviso n.º 8257/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo

Ami
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior, com uma única exceção: no ano de 2020, a rubrica “Outros gastos” da demonstração dos resultados inclui o montante de 228.773,88 € debitado à empresa a título de juros de mora pela FCC Environment Portugal, SA. Este gasto surgiu na sequência das ações judiciais intentadas pelo grupo FCC, há já alguns anos, em que a Resíduos do Nordeste figurava como Ré. Com a finalidade de pôr termo a essas ações, foi firmado um acordo judicial no decurso do ano de 2020, o qual revelou a necessidade da contabilização daquele valor como gasto do exercício, na medida em que a dívida registada pela Resíduos do Nordeste para com a FCC Environment Portugal, SA se apresentava deficitária, em relação ao valor ora acordado.

Não foram ajustadas quaisquer quantias relativas ao período anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 - Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-PE em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras, e têm por base o modelo do custo histórico.

b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mesurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os dispêndios de reparação e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

2
Handwritten signature and initials in blue ink.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mesurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer amortização acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Investimentos financeiros

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se mensurados pelo seu justo valor, dado pela cotação do fundo respetivo, no caso da titularidade de algumas unidades de participação (Up) no Fundo de Investimento "CXG Obrigações", e pelo modelo do custo, no caso das contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho. A sua detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendida no decurso normal das operações da entidade.

Inventários

Dadas as particulares circunstâncias que estão na origem da formação/obtenção dos inventários de produtos da entidade, tais inventários são valorizados a partir dos respetivos preços de mercado em vigor no final de cada exercício, tendo, também, em conta a evolução de tais preços no período compreendido entre a data a que se reportam as contas e a data da sua preparação. Portanto, é acautelado o valor de recuperação dos inventários, por via da venda respetiva.

Imparidade de ativos

A empresa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '3'.

que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade. Ver o ponto 11.6 deste Anexo.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeito da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” é deduzida de eventuais descobertos bancários, os quais são incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, sendo seriados entre passivo corrente e não corrente, em função da sua maturidade.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não pagos à data do balanço são classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

Contas a pagar

As contas a pagar englobam os saldos de fornecedores e outros credores e são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de

rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a venda ou prestação de serviços.

Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras de 2020 resulta da soma do imposto corrente e do imposto diferido. O gasto (ou rendimento) de imposto, corrente e diferido, é registado em resultados, salvo quando se relaciona com itens registados no capital próprio.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado com base nas diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais e reflete as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

O resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e/ou rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis ou apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos unicamente quando se verifica que existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para utilizar esses ativos ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto diferido apurado em 2020 resultou de um crédito por benefícios fiscais não utilizados, os quais tiveram origem no acesso ao Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), aprovado pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho. Em concreto, esse benefício correspondeu a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20 % das despesas de investimento em ativos afetos à exploração efetuadas no segundo semestre de 2020, até à concorrência de 70% da coleta daquele imposto, sendo que, a importância que não pôde ser deduzida no período de 2020 pode sê-lo, nas mesmas condições, nos cinco períodos de tributação subsequentes. Foi nestas circunstâncias que se apurou o imposto diferido no período de 2020.

5
Handwritten signature and initials in blue ink.

De acordo com a legislação em vigor, as Declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as Declarações fiscais da empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo expectável, contudo, que, de tal revisão, resultem correções materiais às demonstrações financeiras apresentadas para estes períodos anuais. Nestas condições, a entidade está sempre sujeita às contingências decorrentes das posições que a AT possa vir a assumir quanto às suas opções com incidência fiscal, com os efeitos que daí decorrem para as suas contas.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro.

* A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2021. Nestas condições, não têm lugar os riscos associados ao pressuposto da continuidade.

* Em outubro de 2020 foi formalizado um acordo com um antigo fornecedor da entidade, o qual moveu várias Ações Judiciais contra a Resíduos do Nordeste nas quais pugnava pelo recebimento de avultadas quantias ligadas, direta ou indiretamente, a serviços que (aleadamente) prestou em cumprimento dos diversos contratos celebrados com esta. Tal acordo, completamente cumprido nesta data, colocou um ponto final em todas as Ações que o mesmo fornecedor moveu contra a Resíduos do Nordeste, pelo que, no final de 2020 e no presente momento, não existem quaisquer Ações Judiciais em que esta seja parte, ativa ou passiva.

Apenas se refere que a entidade é detentora de título para efeitos de início de processo executivo a instaurar contra quatro clientes, com vista à cobrança de créditos há muito vencidos. O valor global de tais créditos é completamente irrelevante.

* A entidade tem perfeita noção do significado bem como dos efeitos nefastos que a doença conhecida por COVID-19 está a provocar na economia nacional, europeia e mundial, sabendo que esses mesmos efeitos se irão prolongar por muito mais tempo. Porém, apesar da magnitude, dimensão e duração expectável desses efeitos sobre a economia nacional, não é provável que os mesmos tenham impacto visível no nível de atividade da empresa, nos seus fluxos de caixa, nem no relacionamento com os seus parceiros de negócio. Deste modo, nada há a projetar nas contas da entidade a este respeito, do ponto de vista quantitativo, nem nada mais deve ser assinalado a título de divulgação.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

* Com a exceção que se ilustra de seguida, não existem incertezas no quadro da preparação das Contas da entidade que não estejam devidamente contabilizadas, pelos valores quanto aos quais não existem dúvidas.

fini
Pr.
27
A

A referida exceção está associada à verba que se encontra provisionada para a selagem e monitorização das células seladas e a selar do aterro sanitário, verba essa cujo quantitativo se entende por adequado. Porém, por força da eventual alteração significativa de variáveis que a entidade não controla, a magnitude de tal Provisão pode revelar-se insuficiente ou excedentária. Essas variáveis prendem-se com a eventual alteração significativa dos preços dos materiais utilizados na selagem e monitorização do aterro sanitário e nos preços do fator trabalho.

* Acresce que a Resíduos do Nordeste entende que as todas as estimativas, metodologia e posições que assumiu com incidência contabilística e fiscal no domínio do processo de selagem e monitorização das áreas já utilizadas e em utilização para a deposição dos resíduos em aterro, estão em sintonia com as regras fiscais ínsitas no Código do IRC. Estão aqui em causa, sobretudo, considerações respeitantes à duração do período de vida útil das células em uso do aterro sanitário e ao *timing* do início do encerramento da exploração das referidas células.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não foi alterada qualquer política contabilística no contexto do período de 2020.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não ocorreram alterações em estimativas contabilísticas.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros materiais praticados em períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

Handwritten signature and initials in blue ink.

c) *Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.*

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis		6-40 anos	1-20 anos	4-10 anos	1-8 anos		4 anos
Taxas de depreciação		2,5-16,67%	5-100%	10-25%	12,5-100%		25,00%
Métodos de depreciação		Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta		Linha reta

d) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.*

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Totais
Em 01/01/2019	Quantias brutas escrituradas	117 924,37	8 259 305,86	14 096 437,67	410 463,70	56 126,22		162 637,00	5 000,00		23 107 896,62
	Depreciações acumuladas		(2 824 786,27)	(6 609 406,85)	(95 306,03)	(50 126,10)		(162 637,00)			(9 600 324,35)
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas	117 924,37	5 334 509,39	7 526 980,72	315 157,67	0,12			5 000,00		13 296 572,27
Movimentos do período 2019	Adições	Aquisições em 1ª mão	446 223,88	972 571,33	58 229,80	293,08				251 895,75	1 729 213,84
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais									
		Outras aquisições									
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso			149 813,02	17 659,09					(167 572,11)
		De para ativos não correntes detidos para venda									
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações		(377 412,85)	(914 730,74)	(41 856,98)	(293,08)				(1 334 028,04)
		Reversões de depreciações									
		Diminuições por alienações e abates									
	Perdas por imparidade	Aumento de perdas por imparidade									
		Reversões de perdas por imparidade									
Em 31/12/2019 (01/01/2020)	Quantias brutas escrituradas	117 924,37	8 705 529,54	15 218 922,02	486 352,59	56 421,30		162 637,00	5 000,00	84 323,64	24 837 110,46
	Depreciações acumuladas		(3 202 289,13)	(7 404 187,88)	(136 962,56)	(56 421,10)		(162 637,00)			(11 442 417,30)
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas	117 924,37	5 403 220,41	7 734 734,33	349 390,20	0,12			5 000,00	84 323,64	13 694 693,07
Movimentos do período 2020	Adições	Aquisições em 1ª mão	156 491,72	753 624,40	284 280,90	1 406,62					1 175 802,74
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais									
		Outras aquisições									
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso			84 323,64						(84 323,64)
		De para ativos não correntes detidos para venda									
		Outras									
	Diminuições	Alienações							(2 003,00)		
		Abates			(27 015,13)						-26 519,13
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações		(378 100,02)	(920 653,87)	(68 851,54)	(1 406,62)				(1 389 012,05)
		Reversões de depreciações									
Diminuições por alienações e abates				24 835,08				2 003,00		26 838,08	
Perdas por imparidade	Aumento de perdas por imparidade										
	Reversões de perdas por imparidade										
Em 31/12/2020	Quantias brutas escrituradas	117 924,37	8 862 021,26	16 029 854,83	750 632,59	57 827,92		160 634,00	5 000,00		25 883 895,07
	Depreciações acumuladas		(3 066 809,15)	(8 380 006,88)	(205 413,85)	(57 827,90)		(160 634,00)			(12 434 251,36)
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas	117 924,37	5 181 712,11	7 649 848,45	545 218,66	0,12			5 000,00		13 409 503,71

5 - Ativos intangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.


Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Goodwill	Projetos de desenvolvimento		Programas de computador		Propriedade industrial		Outros ativos intangíveis	
			Gerados internamente	Outros	Gerados internamente	Outros	Gerados internamente	Outros	Gerados internamente	Outros
Indefinidas	Rezões e fatores justificativos									
Finitas	Vidas úteis				3 anos		5 anos		3 anos	
	Taxas de amortização				33,33%		20,00%		33,33%	
	Métodos de amortização				Linha reta		Linha reta		Linha reta	
	Período de amortização restante				-		3 anos		2 anos	

A entidade tem escriturada a quantia de 18.968,92 € relativa a ativos intangíveis em curso, desde 2017. Este montante está relacionado com taxas pagas no âmbito do processo em curso de licenciamento do Parque Ambiental situado em Urjais, com vista à obtenção do Título Único Ambiental, pelo que não é ainda devida qualquer amortização no período de 2020. Trata-se de um ativo intangível que terá vida útil indefinida pelo facto de esta licença vir a permitir a utilização do aterro sem qualquer restrição, no que ao horizonte temporal diz respeito, nem necessidade de emissão de nova licença ou renovação da que vier a ser emitida pelo organismo competente (Agência Portuguesa do Ambiente).

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil indefinida	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso			Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Totais
						Gerados internamente	Outros	Total		
Em 01/01/2019	Quantias brutas escrituradas						18 968,92	18 968,92		18 968,92
	Amortizações acumuladas									
	Perdas por imparidade acumuladas									
	Quantias líquidas escrituradas							18 968,92	18 968,92	18 968,92
Movimentos do período 2019	Adições	Aquisições em 1º mão								
		Aquisições através de concentrações de atividades em presenciais								
		Outras aquisições								
		Trabalhos para a própria entidade								
		Outras								
Em 31/12/2019 (01/01/2020)	Quantias brutas escrituradas						18 968,92	18 968,92		18 968,92
	Amortizações acumuladas									
	Perdas por imparidade acumuladas									
	Quantias líquidas escrituradas							18 968,92	18 968,92	18 968,92
Movimentos do período 2020	Adições	Aquisições em 1º mão								
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais								
		Outras aquisições								
		Trabalhos para a própria entidade								
		Outras								
Em 31/12/2020	Quantias brutas escrituradas						18 968,92	18 968,92		18 968,92
	Amortizações acumuladas									
	Perdas por imparidade acumuladas									
	Quantias líquidas escrituradas							18 968,92	18 968,92	18 968,92

9


Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Regra geral	Custo				✓	
		Valor realizado líquido					
	Corretores e negociantes	Justo valor menos os custos de vender					
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra					
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais					
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição					
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes					
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
		Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
	Outros custos	Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
		Gastos gerais que não respeitam à produção					
		Custos de concessão de produtos para clientes específicos					
		Custos de empréstimos obtidos					
	Técnicas de mensuração do custo	Dedução de gastos de juros associados às aquisições com condições de liquidação diferida					
Tratamento específico pelos respetivos custos de compra (aquisição) ou de conversão (produção) individuais					✓		
Custos padrão regularmente revistos							
Dedução do valor de venda na percentagem da margem bruta (método de retalho)							
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Justo valor dos produtos colhidos dos ativos biológicos da entidade, deduzidos dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita						
	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						✓
Sistema de inventário	Custeio médio ponderado						
	Inventário intermitente						
	Inventário permanente					✓	

A entidade possui um sistema de controlo que lhe permite conhecer em permanência as quantidades de inventários em armazém. A valorização dessas quantidades é feita a partir do valor de realização das mesmas à data, em virtude de não ser possível conhecer o custo da sua obtenção.

7.2 - *Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.*

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais	
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e Intermediários	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso		Subtotais
31.12.2020	Inventários armazenados na empresa					114 530,32		114 530,32	114 530,32
	Inventários que se encontram fora da empresa	Em trânsito							
		Em poder de terceiros							
	Totais								
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado								
	Perdas por imparidade								
Totais						114 530,32		114 530,32	114 530,32
31.12.2019	Inventários armazenados na empresa					121 333,71		121 333,71	121 333,71
	Inventários que se encontram fora da empresa	Em trânsito							
		Em poder de terceiros							
	Totais								
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado								
	Perdas por imparidade								
Totais						121 333,71		121 333,71	121 333,71

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses.

8 - Rendimentos e gastos:

8.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. A faturação dos serviços ou tem lugar imediatamente após a consumação da respetiva prestação, ou, quando de carácter continuado, no último dia do mês a que diz respeito.

O rédito ligado à venda de subprodutos é reconhecido no momento em que o cliente assume a posse dos mesmos, coincidindo essa tomada de posse, regra geral, com a data de emissão da fatura.

Os restantes réditos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua perceção, conforme as situações em concreto.

8.2 - Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Os únicos gastos de natureza excecional são os já descritos no ponto 2.3 deste Anexo e referem-se a juros de mora, de 228.773,88 €, debitados à entidade no âmbito do desfecho das ações judiciais intentadas pelo grupo FCC e refletidos na rubrica "Outros gastos" da demonstração dos resultados.

Não foram reconhecidos rendimentos com dimensão ou incidência excecional.

9 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

9.1 - Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

(valores expressos em euros)

Provisões		Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2019						1 773 035,71				1 773 035,71
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores									
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									
	Quantias revertidas no período									
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2019 (01.01.2020)						1 773 035,71				1 773 035,71
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores									
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									
	Quantias revertidas no período									
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2020						1 773 035,71				1 773 035,71

9.2 - Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço

À data do Balanço não existem passivos contingentes.

9.3 - Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

Nesta data nada há a relatar com segurança, a propósito de ativos contingentes.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos no capital próprio.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial 2019	Débitos	Créditos	Saldo final 2019 (Saldo inicial 2020)	Débitos	Créditos	Saldo final 2020
Outras variações no capital próprio	9 387 413,98	(1 491 398,73)	1 720 749,00	9 616 764,25	(1 302 702,92)	1 104 708,51	9 418 769,84
Subsídios	9 387 413,98	(1 491 398,73)	1 720 749,00	9 616 764,25	(1 302 702,92)	1 104 708,51	9 418 769,84
Doações							
Outras							

13

As diminuições (débitos) registados durante os períodos de 2019 e 2020 correspondem:

- À imputação dos subsídios recebidos a rendimentos do exercício, na proporção das depreciações efetuadas no próprio exercício relativas aos ativos financiados (1.182.175,29 € em 2019 e 1.232.054,67 € em 2020);
- Aos ajustamentos em subsídios relacionados com o imposto sobre o rendimento (IRC) que será devido em períodos futuros decorrente do reconhecimento de novos subsídios (309.223,44 € em 2019);
- À transferência entre contas de subsídios do valor de 70.648,25 € (em 2020).

Por sua vez, os aumentos (créditos) verificados nos dois períodos decorrem:

- Do reconhecimento de novos subsídios ao investimento (1.472.492,26 € em 2019 e 981.428,68 € em 2020);
- Do ajustamento do valor do imposto sobre o rendimento a pagar em exercícios futuros associado ao valor deste tipo de subsídios ainda não transferido para rendimentos (248.256,74 € em 2019);
- Do ajustamento do valor do imposto sobre o rendimento a pagar em exercícios futuros decorrente da variação ocorrida no conjunto da rubrica no ano de 2020 (52.631,58 €);
- À transferência entre contas de subsídios do valor de 70.648,25 € (em 2020).

11 - Instrumentos financeiros:

11.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e
- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro/passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

11.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) Cotação de mercado; e

b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração dos resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros.

(valores expressos em euros)

Bases de determinação do justo valor dos ativos financeiros e dos passivos financeiros mensurados ao justo valor			31.12.2020			31.12.2019		
			Bases de mensuração		Quantias escrituradas	Bases de mensuração		Quantias escrituradas
			Cotações de mercado	Técnicas de avaliação		Cotações de mercado	Técnicas de avaliação	
Ativos financeiros	Ativos financeiros detidos para negociação	...						
		Subtotais						
	Outros ativos financeiros	Fundos - CXG Rend.	4,48		231 837,42	4,48	231 889,15	
		...						
		Subtotais			231 837,42		231 889,15	
		Totais			231 837,42		231 889,15	
Passivos financeiros	Passivos financeiros detidos para negociação	...						
		Subtotais						
	Outros passivos financeiros	...						
		Subtotais						
		Totais						

As alterações no justo valor dos ativos financeiros foram reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados, tendo o valor ascendido, em 2020, a 51,73 €, negativo e, em 2019, a 4.184,94 €, positivo.

11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

15

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Capital subscrito	50 000,00			50 000,00
Ações (quotas) próprias				
Valor nominal				
Descontos e prémios				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas	4 328 070,88		368 439,78	4 696 510,66
Reservas legais	52 230,87			52 230,87
Outras reservas	4 275 840,01		368 439,78	4 644 279,79
Resultados transferidos				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros excedentes				
Outras variações no capital próprio	9 616 764,25	(1 302 702,92)	1 104 708,51	9 418 769,84
Subsídios	9 616 764,25	(1 302 702,92)	1 104 708,51	9 418 769,84
Doações				
Outras				

11.4 – *Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.*

A entidade tem prestadas as seguintes garantias:

- Depósito bancário a prazo não mobilizável, cujo montante ascende, em 31/12/2020, a 84.292,52 €, como caução da garantia bancária prestada, associada à provisão de caráter ambiental;

- Consignação de receitas provenientes da venda de energia, mais concretamente de biogás, no caso de incumprimento associado ao único financiamento bancário em aberto (financiamento contraído junto do BEI).

11.5 – *Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:*

a) *Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos;*

(valores expressos em euros)

Passivos financeiros com duração residual superior a 5 anos	31.12.2020				31.12.2019			
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais
Financiamentos obtidos	108 875,65	479 664,38	65 286,63	653 826,66	104 787,87	481 855,21	192 171,45	758 614,53
Outros passivos correntes / Outras dívidas a pagar	142 617,13		96 602,53	239 219,66	393 843,94	11 822,25	60 283,97	465 950,16
Totais	251 492,78	479 664,38	161 889,16	893 046,32	498 631,81	473 477,46	252 455,42	1 224 564,69

A entidade tem apenas contraído e em aberto um financiamento bancário, com prazo de amortização até abril de 2026.

No que se refere aos “Outros passivos correntes / Outras dívidas a pagar”, o valor a pagar a longo prazo refere-se apenas a retenções relacionadas com garantias prestadas por fornecedores, as quais ascendem, em 31/12/2020, a 96.602,53 €, num prazo superior a um ano, e, simultaneamente, num prazo superior a cinco anos.

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

A este respeito, ver o mencionado no anterior ponto 11.4.

11.6 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Os únicos ajustamentos de valor reconhecidos nos períodos de 2020 e 2019 para instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor são as perdas por imparidade reconhecidas sobre créditos detidos sobre clientes, pelo valor total de 26.492,92 € em 2019.

11.7 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) Dívidas a instituições de crédito;

b) Dívidas por compras ou prestações de serviços.

As dívidas da entidade com duração residual superior a um ano são as constantes no quadro apresentado na alínea a) do ponto 11.5, decorrentes do financiamento bancário e das retenções efetuadas a fornecedores de investimentos decorrentes de empreitadas.

12 – Benefícios dos empregados:

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras:

(valores expressos em euros)

Recursos humanos	Período 2020	Período 2019	Período 2018
Número de trabalhadores no final do período	12	11	11
Número médio de trabalhadores ao longo do período	12	11	10

13 - Acontecimentos após a data do balanço:

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração dos resultados nem no balanço.

Nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

14 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

14.1 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2020			Período 2019		
	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	5 000,00		5 000,00	5 000,00		5 000,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	5 000,00		5 000,00	5 000,00		5 000,00

14.2 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

À data de 31/12/2020 não existem quaisquer dívidas à AT, Segurança Social e/ou trabalhadores em situação de mora.

14.3 - Benefícios fiscais.

O imposto apurado em 2020 incorpora o acesso ao Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), aprovado pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho. Em concreto, esse crédito corresponde a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20 % das despesas de investimento em ativos afetos à exploração efetuadas no segundo semestre de 2020, até à concorrência de 70% da coleta daquele imposto, sendo que, a importância que não pôde ser deduzida no período de 2020 pode sê-lo, nas mesmas condições, nos cinco períodos de tributação subsequentes. Assim, em 2020 o crédito apurado ascendeu a 94.032,42 € e a dedução à coleta a 22.431,72 €, o que significou uma poupança de imposto (IRC) de igual montante. O crédito não utilizado, de 71.600,70 €, representa um ativo por impostos diferidos, o qual afetou positivamente o cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício de 2020.

15 – Outras divulgações:

15.1 - Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada.

O capital da entidade é detido pelos Municípios que compõem as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT), da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT) e pela Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS).

No exercício da sua atividade corrente/normal, a Resíduos do Nordeste presta serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos aos municípios que integram aquelas Associações de Municípios, os quais representam boa parte de tal atividade.

(valores expressos em euros)

Entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade			NIF das entidades participantes	Sede social das entidades participantes	Participações das entidades participantes no capital social da entidade		Percentagem dos direitos de voto da entidade detidos pelas entidades participantes	Datas de início das participações no capital social da entidade
					Valor	Percentagem		
Período 2020	Participantes diretas	Município de Alfândega da Fé	506647498	Portugal	1 810,00	3,62%	3,62%	2017
		Município de Bragança	506215547	Portugal	11 560,00	23,12%	23,12%	2017
		Município de Carrazeda de Ansiães	506666018	Portugal	2 261,00	4,52%	4,52%	2017
		Município de Macedo de Cavaleiros	506697339	Portugal	5 595,00	11,19%	11,19%	2017
		Município de Miranda do Douro	506806898	Portugal	2 447,00	4,89%	4,89%	2017
		Município de Mirandela	506881784	Portugal	8 459,00	16,92%	16,92%	2017
		Município de Vila Flor	506696464	Portugal	2 375,00	4,75%	4,75%	2017
		Município de Vimioso	506627888	Portugal	1 527,00	3,05%	3,05%	2017
		Município de Vinhais	501156003	Portugal	2 966,00	5,93%	5,93%	2017
		Associação de Municípios do Douro Superior	503518689	Portugal	11 000,00	22,00%	22,00%	2017
	Totais					50 000,00	100,00%	100,00%
	Participantes indiretas	...						
Totais								
Período 2019	Participantes diretas	Município de Alfândega da Fé	506647498	Portugal	1 810,00	3,62%	3,62%	2017
		Município de Bragança	506215547	Portugal	11 560,00	23,12%	23,12%	2017
		Município de Carrazeda de Ansiães	506666018	Portugal	2 261,00	4,52%	4,52%	2017
		Município de Macedo de Cavaleiros	506697339	Portugal	5 595,00	11,19%	11,19%	2017
		Município de Miranda do Douro	506806898	Portugal	2 447,00	4,89%	4,89%	2017
		Município de Mirandela	506881784	Portugal	8 459,00	16,92%	16,92%	2017
		Município de Vila Flor	506696464	Portugal	2 375,00	4,75%	4,75%	2017
		Município de Vimioso	506627888	Portugal	1 527,00	3,05%	3,05%	2017
		Município de Vinhais	501156003	Portugal	2 966,00	5,93%	5,93%	2017
		Associação de Municípios do Douro Superior	503518689	Portugal	11 000,00	22,00%	22,00%	2017
	Totais					50 000,00	100,00%	100,00%
	Participantes indiretas	...						
Totais								

No ano de 2020, a Resíduos do Nordeste prestou serviços à Associação de Municípios e aos Municípios acima referidos, totalmente faturados nesse ano, no valor de 6.506.291,12 € (IVA incluído à taxa de 6%). Já em 2019, tal valor tinha ascendido a 6.591.435,91 € (IVA incluído à taxa de 6%).

Para além da faturação associada às prestações de serviços, a Resíduos do Nordeste debitou juros àquelas entidades pela mora no pagamento dos seus débitos, em conformidade com o deliberado pelo seu Conselho de Administração e Assembleia Geral. Em 2020, o valor global desse débito ascendeu a 9.071,33 €, enquanto em 2019 foi de 17.432,98 €;

No final de 2020, o valor total do crédito da Resíduos do Nordeste sobre aquela Associação de Municípios, Municípios, bem como sobre a AMTQT ascendia a

1.670.664,90 €, o qual se relaciona com as prestações de serviços e juros debitados. Já em 2019, o valor do crédito era de 1.829.249,16 €.

Os saldos em aberto correspondentes à AMTQT respeitam aos períodos em que a faturação inerente às prestações de serviços lhe era dirigida diretamente, em vez de o ser aos Municípios que a integram.

Sobre o valor dos créditos detidos pela Resíduos do Nordeste correspondente às partes relacionadas não foi reconhecida qualquer perda por imparidade, na medida em que se considera não estar presente qualquer risco de cobrabilidade.

15.2 - Matérias ambientais:

a) *Informações pormenorizadas sobre as provisões de carácter ambiental; e*

b) *Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, que estejam incluídos em cada uma das rubricas do balanço.*

As provisões de carácter ambiental reconhecidas no balanço da entidade respeitam aos dispêndios que se estima venham a ser efetuados com a selagem e monitorização do aterro sanitário.

A estimativa efetuada tem por base a área a selar, bem como a vida útil das diferentes células a selar, a qual se relaciona com o ritmo de deposição de RU. A este respeito, foi, em tempo oportuno, efetuado o estudo prospetivo referente à selagem a realizar no futuro, com base no qual é feita, ano a ano, a Provisão respetiva. Na medida em que os custos estimados já foram integralmente provisionados até ao período de 2016, entre 2017 e 2020 não se procedeu ao registo de nova provisão.

Os passivos de carácter ambiental reconhecidos no balanço são os constantes do quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Passivos de carácter ambiental		31.12.2020	31.12.2019
Passivos não correntes	Provisões	1 773 035,71	1 773 035,71
	...		
	Subtotais	1 773 035,71	1 773 035,71
Passivos correntes	...		
	Subtotais		
Totais		1 773 035,71	1 773 035,71

Tal como já mencionado nos documentos de prestação de contas dos últimos anos, de referir que há provisões que não foram fiscalmente aceites pela AT, no montante global de 600.000 €, o que deu origem ao reconhecimento, em 2018, de ativos por impostos diferidos de 126.000 €.

15.3 - Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

a) Informação relativa a ativos e passivos financeiros.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas dos Instrumentos financeiros			Período 2020					Período 2019				
			31.12.2020					31.12.2019				
			Quantias brutas escrituradas dos Instrumentos financeiros			Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	Quantias escrituradas no reconhecimento inicial	Quantias brutas escrituradas dos Instrumentos financeiros			Perdas por imparidade acumuladas
Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo							
Ativos financeiros	Clientes	Conta corrente		2 082 469,71		2 082 469,71			2 122 578,81		2 122 578,81	2 122 578,81
		Cobrança duvidosa		465 704,75	(465 704,75)	465 704,75			465 704,75	(465 704,75)	465 704,75	465 704,75
		Subtotais		2 548 174,48	(465 704,75)	2 082 469,71	2 548 174,48		2 588 283,56	(465 704,75)	2 122 578,81	2 588 283,56
	Outros créditos a receber	Outros devedores		94 985,49		94 985,49			307 094,72		307 094,72	307 094,72
		Débitos de fornec.		7,72		7,72			291,05		291,05	291,05
		Subtotais		94 993,21		94 993,21	94 993,21		307 385,77		307 385,77	307 385,77
	Outros ativos correntes	Invest. Financeiros	231 837,42	1 277,72		233 115,14	268 783,18	231 889,15	802,22		232 691,37	268 307,68
		Subtotais	231 837,42	1 277,72		233 115,14	268 783,18	231 889,15	802,22		232 691,37	268 307,68
	Caixa e depósitos bancários	Caixa		257,17		257,17	257,17		232,43		232,43	232,43
		Depósitos à ordem		3 938 607,36		3 938 607,36	3 938 607,36		2 344 208,11		2 344 208,11	2 344 208,11
Outros depósitos bancários			84 292,52		84 292,52	84 292,52		2 184 292,52		2 184 292,52	2 184 292,52	
Subtotais			4 023 157,05		4 023 157,05	4 023 157,05		4 528 733,06		4 528 733,06	4 528 733,06	
Totais			231 837,42	6 667 602,44	(465 704,75)	6 433 735,11	6 935 107,90	231 889,15	7 425 204,61	(465 704,75)	7 191 389,01	7 692 710,07
Passivos financeiros	Fornecedores	Conta corrente		806 911,12		806 911,12	806 911,12		1 193 557,30		1 193 557,30	1 193 557,30
		Conta retenções		6 495,80		6 495,80	6 495,80		1 246,15		1 246,15	1 246,15
		Subtotais		813 407,02		813 407,02	813 407,02		1 194 803,45		1 194 803,45	1 194 803,45
	Financiamentos obtidos	Empréstimos bancários		653 826,66		653 826,66	653 826,66		758 614,53		758 614,53	758 614,53
		Subtotais		653 826,66		653 826,66	653 826,66		758 614,53		758 614,53	758 614,53
	Outras dívidas a pagar	Retenções - fornecedores							11 822,25		11 822,25	11 822,25
		Retenções - fornec. investimentos		96 602,53		96 602,53	96 602,53		60 283,97		60 283,97	60 283,97
		Subtotais		96 602,53		96 602,53	96 602,53		72 106,22		72 106,22	72 106,22
	Outros passivos correntes	Fornec. investimentos - c/ corrente		71 580,26		71 580,26	71 580,26		280 835,58		280 835,58	280 835,58
		Fornec. investimentos - c/ retenções		1 071,65		1 071,65	1 071,65		1 071,65		1 071,65	1 071,65
Débitos a clientes			6 898,21		6 898,21	6 898,21		5 175,29		5 175,29	5 175,29	
Subtotais			79 530,12		79 530,12	79 530,12		287 082,52		287 082,52	287 082,52	
Totais				1 643 386,33		1 643 386,33	1 643 386,33	2 312 606,72		2 312 606,72	2 312 606,72	

b) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos.

[Handwritten signatures and initials]

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos			Período 2020	Período 2019
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	...		
	Totais			
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	51 671,54	45 730,96
		Juros a liquidar	4 210,29	4 885,07
		Exploração ETAL	-	16 208,26
		Condomínio	3 974,71	4 381,04
		Eleticidade	3 230,47	2 704,04
		Subcontratos	-	32 872,05
Totais		63 087,01	106 761,42	
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	13 540,84	10 759,23
		Outros gastos a reconhecer	1 115,50	1 078,88
		Totais	14 656,34	11 838,11
	Rendimentos a reconhecer	Imputação gastos pavimentação Aterro	53 195,00	8 195,00
	Totais		53 195,00	8 195,00

c) Detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos".

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»		31.12.2020			31.12.2019		
		Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	Pagamentos por conta	87 802,00		87 802,00	66 819,00		66 819,00
	Pagamentos especiais por conta						
	Pagamentos adicionais por conta						
	Retenções na fonte de terceiros	252,32		252,32	263,26		263,26
	Imposto estimado		(10 898,18)	(10 898,18)		(105 765,36)	(105 765,36)
	Outras componentes						
Totais		88 154,32	(10 898,18)	87 156,14	67 082,26	(105 765,36)	(38 683,10)
Retenção de impostos sobre rendimentos			(4 701,93)	(4 701,93)		(5 289,70)	(5 289,70)
Imposto sobre o valor acrescentado		453 856,05		453 856,05	310 411,75		310 411,75
Outros impostos			(434 850,27)	(434 850,27)		(391 504,20)	(391 504,20)
Contribuições para a Segurança Social			(6 846,53)	(6 846,53)		(6 448,46)	(6 448,46)
Tributos das autarquias locais							
Outras tributações							
Totais		552 010,37	(467 408,91)	94 553,46	377 494,01	(509 007,72)	(131 513,71)

d) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários".

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos		Período 2020				Período 2019			
		Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período
			Débitos	Créditos			Débitos	Créditos	
Caixa	Numerário	232,43	8 652,66	(8 627,92)	257,17	491,00	12 925,27	(13 193,84)	232,43
	...								
	Subtotal	232,43	8 652,66	(8 627,92)	257,17	491,00	12 925,27	(13 193,84)	232,43
Depósitos à ordem	D. O.	2 344 208,11	15 431 126,96	(13 836 727,71)	3 938 607,36	2 332 474,34	9 886 117,01	(9 874 393,24)	2 344 208,11
	...								
	Subtotal	2 344 208,11	15 431 126,96	(13 836 727,71)	3 938 607,36	2 332 474,34	9 886 117,01	(9 874 393,24)	2 344 208,11
Outros depósitos bancários	Dep. Prazo	2 184 292,52	2 300 000,00	(4 400 000,00)	84 292,52	2 369 062,04		(184 769,52)	2 184 292,52
	...								
	Subtotal	2 184 292,52	2 300 000,00	(4 400 000,00)	84 292,52	2 369 062,04		(184 769,52)	2 184 292,52
Outros equivalentes de caixa	...								
	Subtotal								
Totais		4 528 733,06	17 739 779,62	(18 245 355,63)	4 023 157,05	4 702 027,38	9 899 042,28	(10 072 336,00)	4 528 733,06
Outras informações	Depósitos bancários no exterior								
	Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso	84 292,52			84 292,52	269 062,04		(184 769,52)	84 292,52
	Recebimentos provenientes de								
	Indemnizações de seguros não vida								
	Subsídios à exploração		1 800,30				68 530,38		

Como já assinalado no ponto 11.4, as quantias não disponíveis para uso respeitam a aplicações bancárias a prazo tituladas pela entidade, as quais se encontram a caucionar garantias bancárias prestadas, associadas às provisões de carácter ambiental.

e) Informação por atividades económicas.

Quase todas as operações realizadas pela entidade foram-no no âmbito da sua atividade económica principal, isto é, da gestão de resíduos urbanos (CAE 38212-R3).

Muito complementarmente, foram obtidas receitas decorrentes da venda de energia.

f) Informação por mercados geográficos.

Todas as operações realizadas pela entidade foram-no no mercado nacional.

g) Detalhe do rédito.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2020			Período 2019		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	901 250,31	12,30%	17,96%	764 041,68	10,54%	210,60%
Prestação de serviços	6 422 767,52	87,68%	(0,99%)	6 486 834,94	89,45%	(8,05%)
Juros	1 009,30	0,01%	(4,15%)	1 053,04	0,01%	
Royalties						
Dividendos						
Totais	7 325 027,13	100,00%	1,01%	7 251 929,66	100,00%	(0,68%)

h) Quantia de inventários reconhecida como um gasto (rendimento) durante o período.

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos (rendimentos) durante o período com relação aos inventários da produção			Período 2020				Período 2019				
			Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Totais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Totais	
Demonstração das variações nos inventários da produção	Inventários no começo do período	-		121 333,71		121 333,71		150 759,56		150 759,56	
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-								
		Perdas em sinistros	+								
		Perdas por quebras	+								
		Outras perdas	+								
		Ofertas e amostras	+								
		Ganhos em sinistros	-								
		Ganhos por sobras	-								
		Outros ganhos	-								
	Subtotais	= +									
Inventários no fim do período	+		114 530,32		114 530,32		121 333,71		121 333,71		
Variações nos inventários da produção	=		(6 803,39)		(6 803,39)		(29 425,85)		(29 425,85)		
Perdas em inventários	+										
Ofertas e amostras de inventários	+										
Perdas por imparidade	+										
Totais	=		(6 803,39)		(6 803,39)		(29 425,85)		(29 425,85)		

i) Desdobramento da rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2020	Período 2019
Subcontratos		5 993 979,45	5 824 325,30
Serviços especializados	Trabalhos especializados	56 305,50	49 721,69
	Publicidade e propaganda	26 981,81	59 154,21
	Vigilância e segurança		
	Honorários	234,56	108,39
	Comissões		
	Conservação e reparação	52 659,77	63 576,27
	Serviços bancários	1 146,92	1 664,52
	Outros	1 000,00	
Totais		138 328,56	174 225,08
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	23 442,00	17 963,03
	Livros e documentação técnica	381,46	584,44
	Material de escritório	1 261,03	1 214,96
	Artigos para oferta		
	Outros	6 013,86	845,81
Totais		31 098,35	20 608,24
Energia e fluidos	Electricidade	40 212,76	29 007,61
	Combustíveis	109 440,72	98 903,14
	Água	918,71	971,54
	Outros	4 775,11	1 951,15
Totais		155 347,30	130 833,44
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	2 171,84	18 843,63
	Transportes de pessoal		
	Transportes de mercadorias		
	Outros		
Totais		2 171,84	18 843,63
Serviços diversos	Rendas e alugueres	7 574,71	7 961,04
	Comunicação	4 917,03	5 135,80
	Seguros	27 431,66	24 605,62
	Royalties		
	Contencioso e notariado	443,00	25,00
	Despesas de representação	545,60	1 863,54
	Limpeza, higiene e conforto	10 458,25	7 173,89
	Outros serviços	1 823,60	3 790,52
Totais		53 193,85	50 555,41
Totais		6 374 119,35	6 219 391,10

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

j) Desdobramento da rubrica "Gastos com o pessoal".

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	Período 2020	Período 2019
Remunerações dos órgãos sociais	290 790,38	263 740,70
Remunerações do pessoal		
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	66 224,09	59 679,06
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 646,71	5 298,02
Gastos de ação social		
Outros gastos com o pessoal	11 759,41	12 621,69
Totais	374 420,59	341 339,47

k) Desdobramento das rubricas "Outros rendimentos" e "Outros gastos".

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2020	Período 2019	Outros gastos		Período 2020	Período 2019
Rendimentos suplementares	Serviços sociais	14 823,07	8 319,87	Impostos	Impostos diretos	5 110,88	4 384,49
	Aluguer de equipamento				Impostos indiretos		
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas		
	Royalties				...		
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas				...		
	Outros rendimentos suplementares				...		
Totais	14 823,07	8 319,87	Totais	11 019,60	5 268,55		
Rendimentos em investimentos não financeiros	Alienações	14 303,04	0,60	Gastos em investimentos não financeiros	Alienações		
	Sinistros				Sinistros		
	...				Abates		
	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento				Gastos em propriedades		
	Outros rendimentos				Outras gastos		
Totais	14 303,04	0,60	Totais				
Outros rendimentos	Correções relativas a períodos anteriores	1 232 054,67	1 182 175,29	Outros gastos	Correções relativas a períodos anteriores	1 500,00	2 387,90
	Imputação de subsídios para investimentos				Donativos		
	...				Quotizações		
	Resistência de impostos				Ofertas e amostras de inventários		
	Excesso de estimativa para impostos				Ineficiência da estimativa para impostos		
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
	Outros não especificados				Outros não especificados		
Totais	1 257 585,24	1 212 888,67	Totais	247 033,88	52 788,31		
Totais	1 286 711,35	1 221 209,14	Totais	258 053,48	58 056,86		

l) Detalhe da rubrica Subsídios à exploração.

Os subsídios à exploração reconhecidos pela entidade em 2020 e 2019 ascenderam a 5.100,00 € e 47.181,77 €, respetivamente. Os montantes já recebidos e a receber relativos a cada projeto, com referência a 31/12/2020, são os constantes do quadro seguinte:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

(valores expressos em euros)

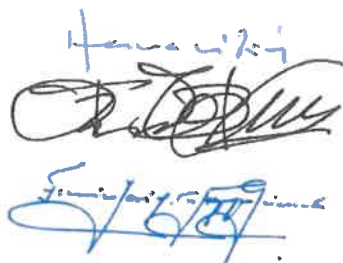
Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo			Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios à exploração	POSEUR-03-1911-FC-000107	Educar para uma Economia Circular nos Resíduos Urbanos	AD&C	Comparticipação monetária direta	97 936,45	5 089,16	103 025,61
		POSEUR-03-1911-FC-000128	Campanha de Educação e Sensibilização com vista à Valorização de Resíduos Urbanos	AD&C	Comparticipação monetária direta	23 648,70	12 982,90	36 631,60
		Totais				121 585,15	18 072,06	139 657,21

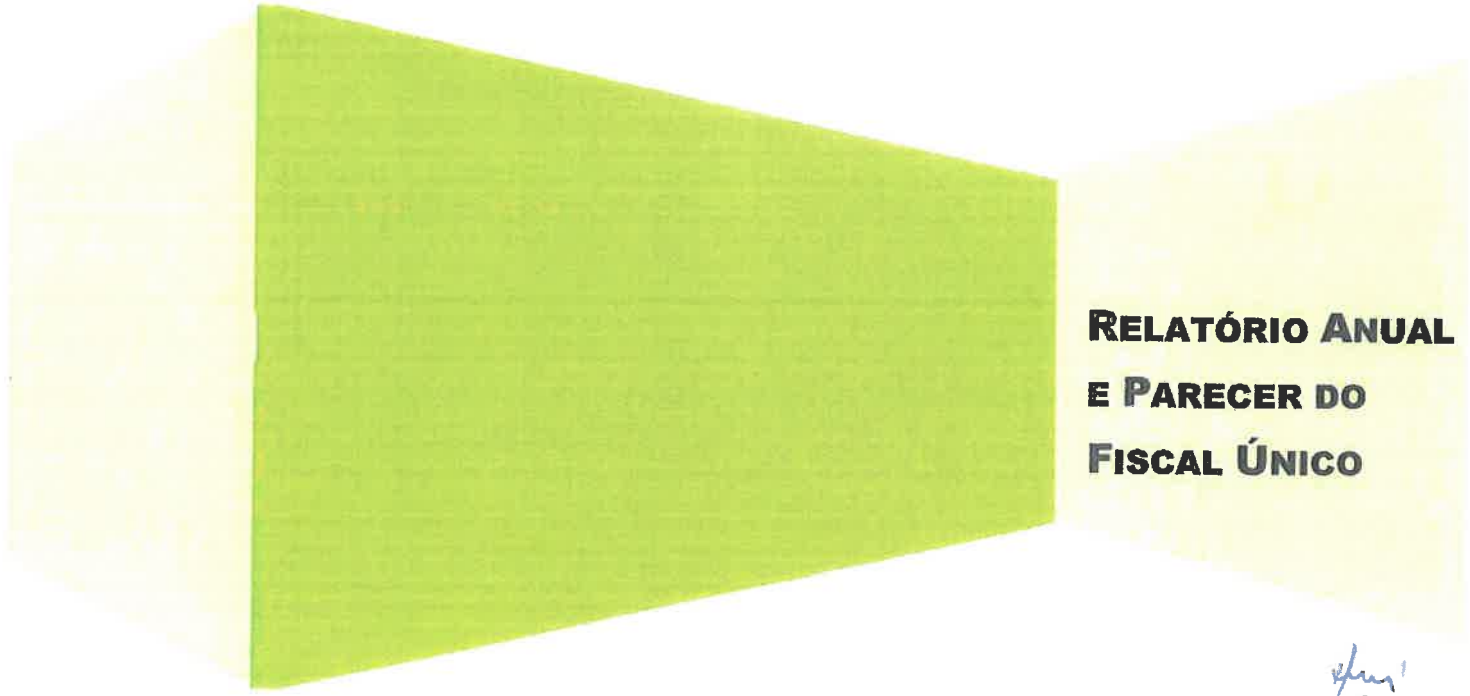
Mirandela, 29 de abril de 2021

O Contabilista Certificado nº 63736



O Conselho de Administração





**RELATÓRIO ANUAL
E PARECER DO
FISCAL ÚNICO**

[Handwritten signature]

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Exercício de 2020

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Srs. Acionistas da,
Resíduos do Nordeste, EIM, SA

O presente relatório é emitido nos termos da alínea j) do número 6 do Artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, visando apresentar o resultado da nossa ação fiscalizadora, bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, tudo respeitante ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2020.

Relatório


1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos pelos Estatutos da entidade, pela disposição acima referida e pelo disposto nos artigos 420º e 422º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

- a) À fiscalização da administração da sociedade;
- b) À vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) À verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas;
- e) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados com o Sistema de Normalização Contabilística;
- f) À apreciação do Relatório de Gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração, bem como das propostas que nele constam;
- g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 29 de abril de 2021.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelo artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nomeadamente:

- a) Realizámos as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas entendidas por convenientes;
- b) Obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que considerámos necessários.

3. Em consequência de todo o trabalho efetuado, concluímos que:



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o numero 855

Inscrito na CMVM sob o numero 20160479

Contribuinte n.º 144 313 157

- a) Os atos praticados pelo Conselho de Administração, que são do nosso conhecimento, enquadram-se no objeto da sociedade e respeitam o cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- b) a contabilidade e todos os documentos de prestação de contas (Demonstrações Financeiras) satisfazem os requisitos legais e estatutários;
- c) O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício;
- d) Foi preparado e emitido o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário respeitante ao ano findo, em conformidade com o previsto na Lei.

Parecer

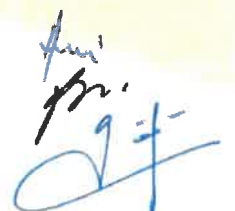
4. Do exposto, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2020 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
- c) Nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais, seja feita uma apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Mirandela, 29 de abril de 2021


António Fernando Ledo de Matos - ROC n.º 855

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS**



A handwritten signature in blue ink, appearing to be a stylized name, located at the bottom right of the page.

António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Economista*

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Resíduos do Nordeste, EIM, SA, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 20.886,958,44 € e um total de capital próprio de 14.404.092,03 €, incluindo um resultado líquido de 238.811,53 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Resíduos do Nordeste, EIM, SA em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CAVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

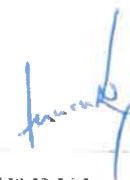
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CAMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Mirandela, 29 de abril de 2021


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855



**ATA DE
APROVAÇÃO**

[Handwritten signature]

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A., REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2021.....

No dia 29, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e um, pelas 10 horas, na sede da Resíduos do Nordeste, em Mirandela, realizou-se a reunião n.º 1/2021 do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal, S.A., com o número de Identificação de Pessoa Coletiva 505 542 331, e sede social sita na Rua Fundação Calouste Gulbenkian, em Mirandela, estando presentes o Presidente do Conselho de Administração, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e os Vogais Fernando Francisco Teixeira de Barros e Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães. Estive ainda presente o Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., Paulo José Gomes Monteiro Praça.

A reunião foi convocada pelo Ofício n.º 125, de 23.04.2021.

Iniciada a reunião à hora prevista, foi lida a Ordem de Trabalhos, aprovada por unanimidade:

Ponto único: Apreciação e deliberação do Relatório e Contas 2020.....

Passou-se de seguida à discussão da Ordem de Trabalhos:

APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS 2020:

O Conselho de Administração tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório e Contas 2020, da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.


E não havendo mais nada a tratar, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, a qual vai ser assinada nos termos legais pelos membros presentes e pelo Diretor-Geral.

O Presidente do Conselho de Administração,



(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,



(Fernando Francisco Teixeira de Barros)



(Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães)

O Diretor Geral,



(Paulo José Gomes Monteiro Praça)



Resíduos do Nordeste, EIM

Rua Fundação Calouste Gulbenkian • 5370-340 MIRANDELA
Tel.: 278 201 570 • Fax: 278 261 897 • E-mail: geral@residuosdonordeste.pt
WWW.residuosdonordeste.pt



Sócio fundador:





CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

28 JUN. 2021

Fátima Pereira & Carlos Duarte
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

DELIBERAÇÃO

Deliberado por unanimidade

(CA)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/ RELATÓRIO AUDITORIA

PRESENTE NA REUNIÃO

07 JUN. 2021

DELIBERAÇÃO

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Deliberado, por unanimidade, submetido a aprovação da ASS. Municipal.

(CA)

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Município de Vimioso que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 35.764.583,82 euros e um total de fundos próprios de 30.949.260,19 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 181.058,70 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido consolidado e o mapa de fluxos de caixa consolidado das operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Município de Vimioso em 31 de Dezembro 2020 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo

FIs - I -

com os Princípios Contabilísticos adotados em Portugal através do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do grupo se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

Fis -2 -

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de Gestão Consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação financeira nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 2 de Junho de 2021



Maria Fátima Pereira, ROC n.º 835
Em representação de
Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC
Inscrita na OROC sob o n.º 154



CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

ATA N.º 013

----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vimioso, realizada no dia sete do mês de junho do ano dois mil e vinte e um.

----- No dia sete do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, encontrando-se presentes os Senhores, António Jorge Fidalgo Martins, António dos Santos João Vaz, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, Sérgio Augusto Pires e Vítor Américo Calvelhe Pires, respetivamente, Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Vimioso, comigo, António Alberto Lopes Coelho, Técnico Superior desta câmara municipal e seu secretário, teve lugar a reunião referida, no salão nobre do edifício dos paços do concelho.

— PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

— *Pandemia COVID-19 - Ponto da Situação:*

--- Relativamente à evolução da pandemia no concelho, o Sr. Presidente da Câmara informou que, de acordo com os últimos dados, registam-se cinco casos positivos de *Covid-19* no concelho, número que poderá vir a aumentar devido a um pequeno surto surgido na Creche.

--- Referiu que o programa de vacinação continua a decorrer com normalidade abrangendo, neste momento, o grupo etário da população dos menores de 50 anos.

— ORDEM DO DIA

— REDE DE GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - G. I. P. - 4ª EDIÇÃO - Renovação: Pelo Sr. Presidente da Câmara foi presente o contrato de aditamento em título pelo qual se renova, pelo período de mais um ano, a vigência do Gabinete de Inserção Profissional de Vimioso, propondo a sua aprovação.

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar aquele contrato.

— SITUAÇÃO FINANCEIRA

— CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 2020 :

- Contas Individuais -

----- Foram presentes o *Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas* e o *Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras*, relativos ao exercício do órgão executivo findo em 31 de dezembro de 2020, foi deliberado submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

F1.02

- Contas Consolidadas -

----- Foram também presentes o *Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas* e o *Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas*, relativos ao exercício do órgão executivo findo em 31 de dezembro de 2020, foi deliberado submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

—— **INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL:** Presente a informação n.º 046/DAF, de 19/05/2021, apresentando no âmbito da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, o *Mapa do Ativo Bruto* que inclui bens registados com referência aos anos de 1994 a 2020 e os *Mapas Gerais de Bens - Com Aquisição e Localização*, referindo que o valor patrimonial dos bens registados em 31 de dezembro de 2020 era do valor de 51 100 638,70 euros, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o inventário em apreço e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

—— **RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:** Presente o resumo diário da tesouraria, datado do dia vinte e um do mês em curso, verificou-se existir um total de disponibilidades financeiras no valor de 3 286 682,80 euros.

—— **PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – ANO 2021:**

—— **ALTERAÇÃO N.º 10 – ALTERAÇÃO PERMUTATIVA N.º 7:** Presente a alteração em epígrafe no valor de 59 500,00 euros, foi deliberado, por unanimidade, aprová-la.

—— **ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA – ANO 2021:**

—— **ALTERAÇÃO N.º 10 – ALTERAÇÃO PERMUTATIVA N.º 7 AO ORÇAMENTO DA DESPESA:** Presente alteração ao orçamento da despesa em epígrafe do valor de 59 500,00 euros, correspondendo ao total de despesas de capital, foi deliberado, por unanimidade, aprová-la.

—— **EMPREITADAS E OBRAS PÚBLICAS** —————

----- **AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS:** Presentes os autos de vistoria e medição de trabalhos referentes às seguintes obras:

– **Centro de Promoção de Produtos Locais e Tradições de Santulhão** – Auto n.º 04 de trabalhos normais, datado do dia trinta e um do mês de maio, do valor de 12 440,70 euros;

– **Centro Municipal de Proteção Civil de Vimioso** – Auto n.º 03 de trabalhos normais, datado do dia sete do mês em curso, do valor de 16 052,99 euros;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO

MINUTA DA DELIBERAÇÃO

PONTO DA AGENDA Nº 2.8

----- **Conhecimento da Certificação Legal de Contas Consolidadas.** -----

SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO

SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 2021

PRESENCAS

José Baptista Rodrigues	Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues
José António Cerqueira da Costa Moreira	Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão
Serafim dos Santos Fernandes João	Manuel Emílio Fonseca João
Manuel Fernandes Oliveira	José Manuel Alves Ventura
Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires	Luciano Lopes Alves
Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento	José Amadeu Vara Rodrigues
Alexandra Manuela Freire Brás Tomé	Manuel João Brás
Manuel João Ratão Português	
André Fernandes Ramos	
Sandra Manuela Carvalho Vila	
Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues	
José Manuel Miranda	
Licínio Ramos Martins	
Daniel Tomé Ramos	
Joana Filipa Carvalho Pires	



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO

----- Foi deliberado tomar conhecimento. -----

----- E eu, **José Baptista Rodrigues**, Presidente da Assembleia Municipal,
a subscrevi, redigi e assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO
CONCELHO DE
VIMIOSO

A funcionária Responsável

Isabel Afonso

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

28 JUN. 2021

DELIBERAÇÃO

Deliberação sobre o conhecimento
CA

07 JUN. 2021

DELIBERAÇÃO:

*Deliberação por unanimidade,
submetida à apreciação
da AS. Municipal.*

CA

Exmos. Senhores,

Em cumprimento do determinado na alínea e) do art.º 77.º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, vem o Revisor Oficial de Contas do "Município de Vimioso", apresentar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pelo Órgão Executivo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Procedemos à fiscalização dos atos do Órgão Executivo, através dos elementos de contabilidade e das informações e esclarecimentos obtidos do Órgão executivo e dos Serviços;

Verificamos periodicamente, com a profundidade e extensão consideradas adequadas, os documentos, registos e livros de escrituração;

Procedemos à verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título.

Procedemos à verificação do Balanço consolidado, da Demonstração dos Resultados consolidada, da Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidada, da Demonstração de Alterações do Património Líquido consolidada, do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidado, dos mapas de controlo orçamental e dos princípios contabilísticos subjacentes e apreciamos o Relatório de Gestão.

A ação fiscalizadora desenvolvida permite concluir que:

- Os princípios contabilísticos adotados no exercício e descrito no Anexo ao Balanço e à demonstração dos Resultados consolidado estão em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis à Entidade, designadamente os consignados no SNC-AP.
- O conteúdo do Relatório de Gestão satisfaz as disposições legais e reflete a atividade desenvolvida e a situação da Entidade.
- As informações contidas no Relatório de gestão estão em conformidade com a informação constante nos demais documentos de prestação de contas apresentados pelo Órgão executivo.

Fátima Pereira & Carlos Duarte
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas e de acordo com o exigido, designadamente, no n.º 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, sem reservas.

Face ao trabalho desenvolvido, de acordo com o exposto e tendo em conta o teor da Certificação Legal das Contas que emitimos, somos de parecer que a Assembleia Municipal:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas pelo Conselho Diretivo;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no Relatório de Gestão apresentado pelo Órgão executivo;
- c) Proceda à apreciação das contas elaboradas e aprovadas pelo Órgão executivo nos termos previstos no artigo 76º da Lei 73/2013 de 9 de Setembro.

Porto, 2 de Junho de 2021



Maria Fátima Pereira, ROC n.º 835

Em representação de

Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC

Inscrita na OROC sob o n.º 154

Fis -2 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO

MINUTA DA DELIBERAÇÃO

PONTO DA AGENDA Nº 2.5

----- **Conhecimento do Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas**
- Contas Consolidadas. -----

SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO

SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 2021

PRESENCAS

José Baptista Rodrigues	Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues
José António Cerqueira da Costa Moreira	Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão
Serafim dos Santos Fernandes João	Manuel Emílio Fonseca João
Manuel Fernandes Oliveira	José Manuel Alves Ventura
Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires	Luciano Lopes Alves
Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento	José Amadeu Vara Rodrigues
Alexandra Manuela Freire Brás Tomé	Manuel João Brás
Manuel João Ratão Português	
André Fernandes Ramos	
Sandra Manuela Carvalho Vila	
Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues	
José Manuel Miranda	
Licínio Ramos Martins	
Daniel Tomé Ramos	
Joana Filipa Carvalho Pires	



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO

----- Foi deliberado tomar conhecimento. -----

----- E eu, **José Baptista Rodrigues**, Presidente da Assembleia Municipal,
a subscrevi, redigi e assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO
CONCELHO DE
VIMIOSO

A funcionária Responsável

Isabel Afonso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO

MINUTA DA DELIBERAÇÃO

PONTO DA AGENDA Nº 2.3

----- Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano financeiro de 2020. -----

SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO

SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 2021

PRESENÇAS

José Baptista Rodrigues	Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues
José António Cerqueira da Costa Moreira	Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão
Serafim dos Santos Fernandes João	Manuel Emílio Fonseca João
Manuel Fernandes Oliveira	José Manuel Alves Ventura
Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires	Luciano Lopes Alves
Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento	José Amadeu Vara Rodrigues
Alexandra Manuela Freire Brás Tomé	Manuel João Brás
Manuel João Ratão Português	
André Fernandes Ramos	
Sandra Manuela Carvalho Vila	
Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues	
José Manuel Miranda	
Licínio Ramos Martins	
Daniel Tomé Ramos	
Joana Filipa Carvalho Pires	



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

----- Mais deliberou a Assembleia Municipal, aprovar esta deliberação em minuta tendo sido aprovada por unanimidade, para produzir efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o nº3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.-----

----- E eu, **José Baptista Rodrigues**, Presidente da Assembleia Municipal, a subscrevi, redigi e assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO
CONCELHO DE
VIMIOSO

A funcionária Responsável

Isabel Afonso